

Revista do Conselho Federal de Economia - COFECON

Ano XI- Nº 37 - Julho a Setembro de 2020

ECONOMISTAS

A blue-toned portrait of Celso Furtado, a Brazilian economist, is the background of the cover. He is shown from the chest up, wearing a patterned jacket, with his hands clasped. In the background, there is a silhouette of a cactus.

Celso Furtado

**No centenário do grande economista brasileiro,
especialistas analisam o pensamento de
Furtado aplicado aos desafios atuais**



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

cofecon.org.br

SUMÁRIO

SISTEMA COFECON/CORECONS COMEMORA CENTENÁRIO DE CELSO FURTADO - MANOEL CASTANHO	04
CELSO FURTADO: RAZÃO REFORMADORA E UTOPIA NA PERIFERIA CAPITALISTA - ROSA MARIA VIEIRA	10
CELSO FURTADO, 100 ANOS: LEGADO DE UM ECONOMISTA DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI - FLÁVIO SAES	16
A SUBUTILIZAÇÃO DE FATORES DE PRODUÇÃO - LADISLAU DOWBOR	23
NORDESTE EM CRISE: UM OLHAR COM LUZES DE CELSO FURTADO - RÔMULO SOARES POLARI	30
CELSO FURTADO E O PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL - RENATO MENDES FREITAS	38
A RESPONSABILIDADE DO ECONOMISTA NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: O QUE NOS ENSINOU CELSO FURTADO - CRISTINA FRÔES DE BORJA REIS E FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO	44
O DESENVOLVIMENTISMO DE CELSO FURTADO NA ATUAL DISPUTA POLÍTICA - FERNANDO DE AQUINO	49
QUATRO PÍLULAS & UM DESFECHO, SOBRE O CENTENÁRIO DE CELSO FURTADO - FELIPE DE HOLANDA	53
PUBLICAÇÕES DOCUMENTAM O LEGADO DE CELSO FURTADO - ROSA FREIRE D'AGUIAR	59
FURTADO E A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA - JOSÉ RUBENS DAMAS GARLIPP	62
MAIS DE 800 ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO PARTICIPARAM DO DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA 2020- NATÁLIA KENUPP	65
RESENHA "CELSO FURTADO, A ESPERANÇA MILITANTE" - LAURO CHAVES NETO	68
NOVOS LIVROS	72

EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda
Vice-presidente: Denise Kassama Franco do Amaral

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda
Denise Kassama Franco do Amaral
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Melki Jr.
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Herick Santos Hossoé
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes

Aldenor Gomes de Paiva
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Henri Wolf Bejzman
João Bosco Ferraz de Oliveira
Luiz Antonio Rubin

Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Nei Jorge Correia Cardim
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Roberto de Jesus
Paulo Salvatore Ponzini
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselho Editorial

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Herick Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascounto da Rocha
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)

Herick Santos Hossoé (Vice Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Paulo Roberto de Jesus
Wellington Leonardo da Silva

Assessoria de Comunicação

Natália Kenupp – Assessora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

EDITORIAL

O Sistema Cofecon/Corecons, assim como todos os brasileiros, enfrenta o desafio de contrabalançar os impactos da crise sanitária. Com o engajamento e comprometimento das direções, conselheiros e do corpo funcional tem sido possível cumprir nossa missão, apesar das adversidades.

Atendendo às determinações das autoridades adotamos o trabalho remoto desde o final de março do corrente ano. Reuniões e demais atividades tem ocorrido de forma virtual. Este ano deveremos atingir a marca de 200 eventos, na maioria virtuais, envolvendo reuniões plenárias e de trabalho, Encontros Nacionais e Regionais, seminários, oficinas de treinamento, lives, entrevistas e palestras, dentre outras.

As cerca de 20 comissões e grupos de trabalho, envolvendo temas relevantes mais relacionados à atividade profissional do economista, como carreira, formação e outras, mas também de temas amplos, como Política Econômica, Reforma Tributária, Distribuição de Renda, Diminuição da Desigualdade, dentre outras. A relação completa das comissões e grupos de trabalho estão disponíveis no nosso site www.cofecon.org.br. É importante destacar que para contribuir com ideias, críticas e sugestões sobre a temática não é necessário ser membro. Todas as contribuições dos economistas são muito bem vindas.

Diante da mais grave crise da nossa história temos buscado, além de cumprir nossa função pre-cípua de regulação e fiscalização da profissão, ampliar nossa participação no debate dos grandes temas nacionais e internacionais no que se refere à nossa área de atuação.

O quadro econômico é trágico. O Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre do ano em curso registrou forte retração de 9,7%, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. O necessário isolamento social e paralisação total ou parcial de atividades para conter o avanço da pandemia Covid-19 responde por grande parte das causas da recessão em curso.

Mesmo que venha a ocorrer, como os indicadores mais recentes denotam, um crescimento no terceiro trimestre, muito em função da baixa base de comparação do segundo, o resultado do ano deve ser negativo em cerca de 6%. A atual crise ocorre em um momento no qual a economia brasileira vinha apresentando nos três anos anteriores, 2017, 2018 e 2019 um baixo crescimento. Isso depois da recessão 2015-2016. Assim, o nível alcançado no segundo trimestre do ano denota que o PIB e a Indústria estavam, respectivamente, 15% e 21% abaixo do nível de 2014. Mais grave ainda, os investimentos, estavam 32% abaixo na mesma comparação.

Portanto, a reação será difícil e longa, o que exigirá mudanças significativas na política econômica. O enorme déficit social brasileiro escancarado e aprofundado pela Pandemia nos exige saídas ousadas.

Esta edição da revista Economistas comemora o centenário

de Celso Furtado. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro) no ano de 1944, curso posteriormente reconhecido como equivalente a Ciências Econômicas, e registrado como economista no Conselho Regional de Economia da 1ª Região - Corecon-RJ, sob nº 848, no ano de 1958, Furtado é homenageado pelo Cofecon por suas grandes contribuições ao pensamento econômico.

Que a visão de Celso Furtado, o mais proeminente economista brasileiro, nos inspire na viabilização de um projeto de Nação, capaz de retomar o crescimento inclusivo, que proporcione o desenvolvimento, econômico, social e ambientalmente sustentável.



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor-doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lacerda foi economista-chefe e diretor de economia de empresas e organizações, e atua como consultor econômico. É articulista assíduo de publicações, comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura) e autor de cerca de 20 livros na sua área de atuação, tendo sido um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, na área de economia, no ano 2001, pelo seu livro "Desnacionalização".

Sistema Cofecon/Corecons comemora centenário de Celso Furtado

Por Manoel Castanho

Em homenagem ao centenário do nascimento de um dos máximos expoentes da economia brasileira, o Conselho Federal de Economia instituiu o ano de 2020 como Ano Celso Furtado. Várias atividades foram programadas pelo Cofecon e por vários Corecons para celebrar a vida e a obra do pensador paraibano que ajudou gerações de economistas a entender melhor o Brasil e suas desigualdades.

Em seu estado natal, a deputada estadual Pollyana Dutra foi autora de um projeto que se transformou na lei estadual 11.505/2019, instituindo na Paraíba o ano de 2020 como Ano Celso Furtado. E na semana do centenário o Corecon e várias entidades parceiras realizaram diversas atividades. O Núcleo Celso Furtado da Universidade Federal da Paraíba promoveu um curso livre com vários módulos, exibindo no dia 21 de julho o filme *O Longo Amanhecer*, cinebiografia do célebre economista, e realizando um debate com o diretor do filme, José Mariani. Na semana seguinte, ainda no contexto do



curso livre, foi discutida “A contemporaneidade da condição periférica – influências e enquadramento do pensamento de Celso Furtado no pensamento econômico”.

O Corecon-PB transmitiu um webinar no dia 22 de julho, dentro da série “A economia que queremos”, com a participação do economista André Tosi Furtado, professor titular da Unicamp e filho de Celso. Na ocasião, foram exibidos vídeos com falas da socióloga Sofia Furtado, neta de Celso, e da deputada Pollyana Dutra.

E no dia 26, data do centenário, o Rotary Club realizou em sua sede uma solenidade presencial restrita, com transmissão ao vivo no canal do Corecon-PB no YouTube. Na ocasião também foi empossada a nova diretoria do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba e entregue a Medalha Celso Furtado ao economista Rômulo Polari, ex-reitor da UFPB. A Superintendência dos Correios lançou um selo personalizado alusivo à data.



Além disso, o governo do estado e a UEPB apresentaram a trilogia “Celso Furtado: a esperança militante”. Os dois primeiros volumes estão disponíveis para download no site da universidade, no seguinte link: <http://eduepb.uepb.edu.br/e-books/>. Disponibilizada em versão impressa e digital, a obra não tem fins lucrativos. Apoiam o projeto, dentre outras instituições, o Centro Internacional Celso Furtado, o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e a Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (Fapesq/PB).

Também no dia 26 de julho, o Corecon-PE, a Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (ABED) e o Centro Internacional Celso Furtado apresentaram uma live comemorativa do centenário, transmitida ao vivo pelo canal do Regional no Youtube. O evento contou com a participação especial de Rosa Freire d’Aguiar, viúva do economista. Também participaram o economista e advogado Adalberto Arruda, que trabalhou na Equipe de Celso da Sudene; e o economista Francisco de Oliveira Filho, filho do sociólogo Chico de Oliveira, que apresentaram um depoimento sobre o trabalho do homenageado. O economista Adroaldo Quintela representou a ABED no evento e falou sobre a importância do pensador paraibano para a sua entidade. A mediação foi feita pela presidente do Corecon-PE, economista Ana Cláudia Arruda Laprovitera.

O Corecon-MG também realizou, nos dias 29 e 30 de julho, transmissões ao vivo em seu canal do YouTube para discutir a obra de Celso Furtado. A primeira delas teve como tema “A tese desenvolvimentista de Celso Furtado na atualidade”. Participaram os economistas Tania Teixeira, presidente do Corecon-MG e professora da PUC-MG; Fernando de Aquino Fonseca Neto, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon e analista do Banco Central do Brasil; e Felipe de Holanda, professor e pesquisador da UFMA e conselheiro do Corecon-MA. O debate foi

mediado por Antônio de Pádua, conselheiro federal e vogal da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg).

No dia seguinte, o tema foi “Desenvolvimento regional do Nordeste e do Sudeste Brasileiro”. Além de Tania Teixeira, participaram os economistas Celso Manguiera, consultor empresarial e presidente do Corecon-PB; Ana Cláudia Arruda Laprovitera, professora da UNICAP e presidente do Corecon-PE; e Maurício Borges, professor aposentado da UFMG e ex-diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Atuou como mediador o vice-presidente do Corecon-MG e vogal suplente da Jucemg, Gustavo Aguiar.

A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba realizou no dia 31 de julho uma sessão solene com a participação de diversas personalidades

para falar sobre Celso Furtado. Devido aos cuidados necessários pela situação de pandemia, a sessão foi realizada por meio da plataforma Zoom.

Ainda no mês de julho, a revista Nordeste apresentou uma edição em comemoração ao centenário de Celso Furtado. Entre outros conteúdos, destaca-se uma extensa entrevista com a economista Tânia Bacelar, premiada pelo Cofecon como Personalidade Econômica do Ano 2018, na qual ela fala sobre a conjuntura local, o Consórcio Nordeste e os princípios de Celso Furtado. Há ainda artigos do governador da Paraíba, João Azevêdo Lins Filho, dos economistas Rômulo Polari e Sérgio Gabrielli, do secretário de Cultura do Estado da Paraíba, Damião Ramos Cavalcanti, entre outros. Um conteúdo riquíssimo que também está disponível aos leitores em formato digital.





Foto: divulgação Anesp

CORECON-PB: Mantendo viva a memória de Celso Furtado



Por Celso Pinto Mangueira

*Presidente do Conselho Regional de Economia
21ª Região - Paraíba*

O Corecon-PB celebra, em setembro, 40 anos de existência. Destas quatro décadas, duas têm sido dedicadas a manter viva a memória de Celso Furtado (1920-2004), bem como a sua obra.

Em 2000 foram comemorados os 80 anos deste grande intérprete da realidade brasileira. Na ocasião, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) realizou o seminário internacional

“Celso Furtado, a Sudene e o Desenvolvimento do Nordeste”. Entre os temas tratados, estiveram: “Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano”; “A ideia do Desenvolvimento: Balanço de meio século”; “Planejamento Regional: Confronto de Experiências”; e “O Nordeste nos próximos 40 anos”.

Quando do falecimento do ilustre paraibano, em 20 de novembro de 2004, o Corecon-PB lançou



Solenidade Centenário Celso Furtado

Foto: divulgação Corecon PB

o Prêmio Paraíba de Economia Professor Celso Furtado, a fim de estimular os alunos em fase de conclusão de cursos de graduação em Ciências Econômicas no desenvolvimento de pesquisas e estudos de temas relevantes na área em que exercerão a profissão de economista. Destaque-se que o prêmio de monografias promovido pelo Corecon-RJ, Regional no qual o economista paraibano era registrado, também leva o seu nome.

Em 2008, o Corecon-PB instituiu a Medalha “Economista Emérito Celso Furtado”, outorgada anualmente a economista ou personalidade que tenha se destacado pelo estudo e/ou divulgação da obra de Celso Furtado e/ou pela contribuição ao desenvolvimento do Nordeste, especialmente ao da Paraíba.

No ano de 2009, no Dia do Economista, o Corecon inaugurou em sua Sede, no centro de João Pessoa, a Sala Professor Celso Furtado. Ainda em 2009, ano do cinquentenário da publicação de Formação Econômica do Brasil, o Sistema Cofecon/ Corecons, a Ordem dos Economistas do Brasil (OEB) e o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICF) participaram do lançamento de dois livros: “Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil” e a edição comemorativa de 50 anos do lançamento.

Em 2010, durante o XXXVI Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (ENECO) e por ocasião dos 90 anos de nascimento do pensador paraibano, o Conselho promoveu no Centro de Ciências Jurídicas da UFPB uma mesa-redonda de estudos das ideias e das contribuições de Celso Furtado para o desenvolvimento regional, além do lançamento de um selo personalizado.

Em 2018 o Corecon-PB iniciou uma extensa jornada de preparativos para homenagear Celso Furtado no ano do seu centenário. Ao longo daquele ano, promoveu um amplo debate sobre a economia paraibana entremeado com apresentações da obra e do pensamento do

economista, culminando com a entrega à sociedade paraibana do documento “Paraíba: Desafios ao Desenvolvimento”, coordenado pelo economista Rômulo Polari. Quando da apresentação do documento na Associação Comercial da Paraíba, foi lançada a proposta de formação de um Fórum para dar continuidade à obra documental, dando origem ao Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba (FCF) em 2019. Em seguida, obteve o direito de realizar o Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since) em 2020.

Em meados de 2019, o Conselho organizou uma solenidade no Auditório Celso Furtado do Centro Cultural Ariano Suassuna do Tribunal de Contas do Estado, alusiva aos 99 anos do nascimento, para apresentar a programação das comemorações do centenário. O evento contou com a palestra “A Economia Brasileira atual, desafios e perspectivas: uma reflexão à luz do pensamento de Celso Furtado” proferida pelo então vice-presidente do Cofecon, Antonio Corrêa Lacerda.

No final de 2019, a convite do Corecon-PB e da Academia Paraibana de Letras, a jornalista Rosa Freire d’Aguilar lançou o livro Diários Intermitentes de Celso Furtado 1937 –2002. Também solicitou a criação de um órgão na UFPB tendo como referência o pensamento de Celso Furtado. Em atendimento a esse pedido e com a participação do Corecon-PB, foi criado o Núcleo Multidisciplinar Celso Furtado do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, que promoveu, em 2020, o Curso Livre para divulgar a obra do intelectual paraibano para a atual geração.



Entrega da medalha Celso Furtado à jornalista Rosa d’Aguilar

Foto: divulgação Corecon PB



Foto: divulgação Jacobin Brasil

Celso Furtado: Razão reformadora e utopia na periferia capitalista



Rosa Maria Vieira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da FGV EAESP.

“Importa saber se prevalece algum projeto social. Perceber que o mais importante é o social foi a descoberta mais relevante de minha vida. Descobri que os economistas podem ser tecnicamente sofisticados e, mesmo assim, não captar a dimensão social dos problemas. Há pouco li o artigo de um conhecido economista brasileiro que deixou o governo e abriu um escritório para vender assessoria. Ele mostrava que tudo o que estava acontecendo no Brasil era certo, que criar desemprego era muito importante, pois novos empregos seriam gerados mais adiante em outros setores. E o custo social até lá? No meio do caminho morre muita gente. Mas esse seria o custo do progresso”.(1).

O autor dessas considerações é Celso Furtado, um dos maiores pensadores brasileiros e nosso mais importante economista. Elas, certamente, provocarão estranheza ao leitor caso suas referências sejam as da economia hoje ensinada na maioria das universidades e praticada nas agências econômicas: uma economia concebida como “ciência de laboratório”, usuária de procedimentos naturalizados e de puros modelos matemáticos, esvaziados das dimensões sociais e humanas, comumente, apresentados como de aplicação universal.

A produção intelectual de Furtado, no contrafluxo dessa concepção de ciência, deu origem à economia política brasileira e foi através dela que ele se tornou o mais expressivo teórico do desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana. Como pensador social, que manejava as ferramentas da ciência econômica, ele integrou a linhagem dos grandes intelectuais que, dos anos de 1930 ao início da década de 1970, construíram interpretações sobre o Brasil, debatendo, no espaço público, as questões nacionais.

As novas gerações de brasileiros, pouco ou nenhum contato tiveram com essa modalidade de pensadores que, aos poucos, foram desaparecendo, substituídos por outros que, com raras exceções,

tenderam a se afastar dos grandes temas nacionais; enredados pelas preocupações mais restritas ao universo acadêmico, muitas vezes presos a um hermetismo formal e, não poucas, descomprometidos com a dimensão pública do conhecimento.



A produção intelectual de Furtado deu origem à economia política brasileira e foi através dela que ele se tornou o mais expressivo teórico do desenvolvimento capitalista na periferia latinoamericana”



Pode-se dizer que trajetória intelectual de Celso Furtado confunde-se com a da história da construção do Brasil moderno. Ele integrou o Grupo Misto BNDE-CEPAL, responsável pelos fundamentos do Plano de Metas; foi o criador da SUDENE (1959) e seu superintendente, até 1964. Aliás, foi aí que nasceu o primeiro projeto de desenvolvimento integrado para o Nordeste – região insurgente, em que Ligas Camponesas e Francisco Julião, reforma agrária, sindicatos rurais e Gregório Bezerra em ação, Igreja Católica tradicionalista e o progressismo de D. Helder Câmara, agentes da CIA e os brutais usineiros haviam transformado em um “barril de pólvora”. O projeto de Furtado para o Nordeste tinha como ponto de partida uma ideia absolutamente inovadora e intolerável para as elites locais: a de que os problemas da região não vinham da seca, mas das estruturas sociais que a aprisionavam no círculo de ferro do atraso. Em 1962, já no governo de João Goulart, afastou-se temporariamente da SUDENE para ocupar o recém-criado Ministério do Planejamento, com a missão de elaborar o Plano Trienal. Em 1964, instalada a Ditadura Militar no Brasil, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº1. Partiu, então, para o exílio. Depois de rápida passagem pelo Chile e pelos EUA, estabeleceu-se na França, onde se tornou professor.

“

Pode-se dizer que trajetória intelectual de Celso Furtado confunde-se com a da história da construção do Brasil moderno.

”

Sua vida sofreu uma inflexão decisiva. Começava, aqui, uma **segunda fase** na sua trajetória, aquela em que o reformador social cedeu passo ao intelectual refinado. Suas formulações estarão, agora, mais voltadas à interpretação do que à previa ideação dos projetos de reforma social. Crescentemente, ganharam apuro, tornando-se conceitualmente mais rigorosas e ocupando espaços de projeção internacional. No exílio, não cessou o diálogo com o Brasil e nem com a América Latina. Ele não dispunha mais do aparelho de Estado para lutar contra o subdesenvolvimento, no entanto, deu continuidade à luta. Suas armas, porém, eram outras.

Datam desse período livros deram plenos contornos à teoria do subdesenvolvimento periférico. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, Um projeto para o Brasil, Formação econômica da América Latina, Teoria e política do desenvolvimento econômico, Análise do “modelo” brasileiro, Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina, O mito do desenvolvimento econômico, Criatividade e dependência* estão entre essas obras.

Furtado foi, sem dúvida, o mais fértil e original teórico da primeira geração de economistas da CEPAL que, ao lado de Raúl Prebisch, deu forma ao que se convencionou chamar de pensamento econômico latino-americano, responsável por formulações segundo as quais o subdesenvolvimento não era simplesmente uma etapa natural da evolução do

capitalismo, mas o produto perverso da divisão internacional do trabalho do século XIX, o resultado do processo de expansão capitalista que, distribuindo de forma desigual os frutos do progresso técnico, impunha “desvantagens reiterativas” à periferia.

Convicto de que a superação do subdesenvolvimento exigia um corpo teórico específico de análise e de que o caminho para o desenvolvimento não poderia ser trilhado em condições do livre funcionamento das forças de mercado, Celso Furtado construiu uma obra teórica com o propósito de decifrar o enigma do nosso atraso, de investigar as condições de funcionamento do capitalismo no Brasil e na América Latina, para, aí sim, moldar seu projeto de desenvolvimento.

Foi com essa perspectiva que releu as teses cepalinas, ultrapassando, em muito, as concepções originais de Raúl Prebisch, o economista argentino que deu vida teórica à periferia e, para o qual, a origem e a permanência do subdesenvolvimento, deveriam ser buscadas no âmbito das relações do comércio internacional. Furtado deu uma dimensão de historicidade às formulações cepalinas, que originalmente não tinham, e, sobretudo, as acomodou a um substrato teórico-ideológico de bases nacionais, representado pelo pensamento social brasileiro que, atado a projetos de modernização, se desenvolvia no país desde os anos 1930. Na teoria de Furtado, as concepções cepalinas e keynesianas, as teorias de François Perroux, de Mannheim, de Weber e de Schumpeter, suas mais significativas influências, se mesclaram com os temas da produção teórica nacional, compromissada com a modernidade no Brasil.

“

Suas formulações (...) ganharam apuro, tornando-se conceitualmente mais rigorosas e ocupando espaços de projeção internacional.

”

Em outras palavras, Furtado, intelectual de formação e atuação cosmopolitas, fez da **questão nacional** tema recorrente em sua obra, voltada para a identificação das particularidades de nossa formação, lendo-as através das lentes cepalinas, mas com uma visada brasileira. Isso lhe permitiu, não só, reconhecer as peculiaridades de nosso atraso, mas, também, concebê-lo como parte de um destino comum à América Latina.

Nada identifica tão bem a dimensão de historicidade que Furtado imprimiu na teoria do subdesenvolvimento da CEPAL do que Formação Econômica do Brasil. O livro, uma verdadeira obra-prima, não pode ser entendido, simplesmente, como a narrativa de nossa história econômica ao longo do tempo. Trata-se, na realidade, de algo diferente e bem específico: **do enredo de nossa constituição histórica como país subdesenvolvido**. Nele encontramos o relato da constituição do dualismo no Brasil, quando analisa a formação do complexo econômico nordestino, ou, então, quando explica como nos constituímos como uma **economia subdesenvolvida complexa**, ou seja, quando chegamos à fase da industrialização que substituiu as importações, sem, no entanto, eliminar a dependência, ou promover o desenvolvimento autônomo.

Combinando originalidade teórica e comprometimento político, Furtado escreveu algumas das obras fundamentais, que “explicaram o Brasil aos brasileiros” *Formação econômica do Brasil*, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, *O mito do desenvolvimento*, entre outras. Em todas elas, sua marca: rigor teórico e reflexão como instrumentos para a ação. Em todas, a defesa imperiosa de uma **via própria para o desenvolvimento**, sustentado pela indústria (mas não a indústria, que, segundo seu viés keynesiano, nascera de forma espontânea e problemática), por profundas reformas nas estruturas arcaicas do campo, voltado para o mercado interno, para a integração regional, para a desconcentração da

renda e incorporação das massas à plena cidadania.

O caminho para o desenvolvimento não poderia ser, no entanto, trilhado sob a ação do livre movimento das leis de mercado. Daí a demanda por um Estado planificador, comprometido com políticas econômicas que induzissem à superação do subdesenvolvimento, da pobreza, do atraso e da subordinação externa.

Sabe-se da inspiração keynesiana das propostas de Celso Furtado quanto ao manejo da economia pelo Estado. Mas, desde logo, é preciso salientar sua preocupação em não tomar, simplesmente por analogia as experiências de intervenção estatal dos países centrais. E isto porque estava imbuído da convicção de que o atraso brasileiro, assim como o de toda a periferia, não era, simplesmente, uma condição transitória. Pelo fato de serem contemporâneos às economias desenvolvidas dos países, que lideravam o capitalismo internacional, os subdesenvolvidos não poderiam repetir esse processo. Vinha daí a necessidade de uma política econômica de Estado, que levasse em consideração as peculiaridades da nação atrasada e cujo progresso dependia da capacidade de recriar a própria história, planejando o futuro.

Nos termos de Furtado, na periferia do capitalismo, a ação compensatória do Estado não poderia ter tão-somente caráter anticíclico, ser conjuntural. Se nos países centrais o propósito da intervenção era reconduzir o sistema econômico ao seu ponto de equilíbrio, ao pleno emprego dos fatores de produção, à utilização otimizada da poupança ociosa, no mundo subdesenvolvido se tratava de coisa bem diversa. Aí, a ação do Estado deveria ser permanente, com políticas públicas voltadas para a superação dos obstáculos estruturais, que impediam a arrancada para o desenvolvimento.

Além de atribuir ao Estado papel central na superação do subdesenvolvimento, de “aclimatar” o keynesianismo às condições nacionais, Furtado se preocupou com o esclarecimento das formas

políticas contraditórias que propiciaram ao Brasil sua industrialização, identificada como de “substituição das importações”. Para tanto, sua investigação se voltou para aspectos da realidade histórica que, no geral, não interessavam à análise econômica. Rejeitando a concepção do Estado como um epifenômeno da economia, mergulhou fundo na análise das condições sociais e políticas através das quais o país realizou sua modernização capitalista e que foram responsáveis por uma ordem burguesa peculiar, da qual estavam ausentes, sobretudo, as **rupturas radicais**.

No lugar de reformas estruturais, que superassem o passado agrário-exportador, Furtado se deparou com um tortuoso processo histórico de acomodações entre velhas e novas elites, entre grupos agrários decadentes e uma classe burguesa em ascensão. No plano político, se deu conta de que a indefinição ideológica da camada industrial impedia a formação de novas lideranças capazes de modernizar os marcos institucionais e permitia que representantes das oligarquias tradicionais continuassem no controle dos centros de decisão.

Para Furtado, o nosso pecado capital era exatamente esse - a ausência de uma revolução burguesa clássica, nos moldes da ocorrida nos centros capitalistas. No Brasil, na medida em que a indústria se estabeleceu como um subproduto da defesa dos grandes interesses agrários, as modificações estruturais, esperadas na transição capitalista, foram dribladas pelas classes sociais dirigentes que, praticamente, eram as mesmas do passado. Além da convivência com a manutenção de estruturas arcaicas do mundo rural, a burguesia industrial, carente de capitais e destituída do empreendedorismo schumpeteriano, enveredou pela via da dependência tecnológica e da concessão aos capitais externos – uma associação que talvez tenha sido a mais racional do ponto de vista dos interesses empresariais, mas que se revelou perversa para a nação, uma vez que grupos internacionais acabaram

por se apropriar de parte significativa da poupança nacional, provocando a crescente desnacionalização da economia e perpetuando o estrangulamento das contas externas.

“

Para Furtado, o nosso pecado capital era exatamente esse - a ausência de uma revolução burguesa clássica, nos moldes da ocorrida nos centros capitalistas.

”

Após a anistia, Furtado retornou ao Brasil, mantendo, por certo tempo, vínculos acadêmicos com a França. Nesse período, foi designado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia e, logo a seguir, nomeado para o Ministério da Cultura do governo Sarney, em cuja passagem implantou a primeira lei de incentivos fiscais à cultura. Data, também, desta época, a eleição para a Cadeira 11, da Academia Brasileira de Letras, anteriormente ocupada por Darcy Ribeiro.

A inevitável pergunta: nesse tempo, como atuou o economista, o pensador social que pautou a vida pela luta contra o subdesenvolvimento? A anistia, talvez, possa sinalizar como referência cronológica, a derradeira etapa da trajetória de Furtado. No entanto, foram os desafios impostos pela realidade os sinalizadores de uma nova fase. Mudara o mundo, mudara o Brasil e mudara o capitalismo

Entre 1985 e 1991, Furtado dedicou-se ao acerto de contas com o passado. Fez o balanço da formação, dos projetos, da longa e “venturosa navegação”. Data deste período, a trilogia autobiográfica: *Fantasia Organizada*, *Fantasia Desfeita* e *Ares do Mundo*. No entanto, a marca dessa etapa não é a memória, que resgata o tempo

em que a construção nacional mobilizava gerações. Algumas publicações esparsas e, sobretudo, três pequenos livros editados entre 1992 e 1999 (Brasil: a construção interrompida; O capitalismo global e O longo amanhecer) revelam um intelectual muito diferente do ideólogo otimista do desenvolvimento da periferia. O traço distintivo será outro - o pessimismo, a percepção trágica do que ainda estava por vir, mas, que já se anunciava ao final do século XX.

Furtado percebeu claramente que o sistema que anteriormente permitiu a industrialização e os projetos de desenvolvimento para a América Latina, já não existia mais. Em seu lugar, emergira uma era pós-keynesiana, com estruturas nacionais atrofiadas, com sistema produtivo transnacional globalizado, com a degradação dos segmentos industriais do tecido produtivo, com ampla geração de desemprego. Agora, novas estruturas de poder se impunham aos Estados e empresas privadas nacionais

Do projeto brasileiro de construção nacional, o que restava era apenas uma pequena margem de autonomia para interferir no desenho futuro da nação. Mas, mesmo este espaço se reduzia a olhos vistos, de modo que “distância entre o que somos e o que esperávamos ser”, estava cada vez maior. Furtado refere-se ainda, em *O Longo Amanhecer*, ao predomínio “da ideia de que o Estado é um trambolho”. Mas, lembra que sem o Estado, o que fica é mercado, cuja lei, é “a lei do mais forte, a dos mais poderosos, a do grande capital”. (pag.9, 26 e 89).

Em Brasil, a *Construção Interrompida*, alerta que os novos tempos vieram acompanhados por uma “ofensiva que visa a vacinar a nova geração contra todo o pensamento social que não seja inspirado na lógica dos mercados – portanto, vazio de visão histórica”. A grande maioria está convencida “da inocuidade de toda tentativa de resistência” e de que “o papel dos líderes atuais seria o de liquidatários do projeto de desenvolvimento que cimentou a unidade do país”. Resistir à visão ideológica dominante “seria um gesto quixotesco”, “para suscitar o riso da plateia,

quando não o desprezo de seu silêncio”. (pag. 09)

Celso Furtado, um republicano exemplar, nos deixou em novembro de 2004. Partiu lembrando, porém, que “como a História ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar”.



Foto: Nelson Perez / Valor Econômico

Referências bibliográficas

FURTADO, C. *O Longo Amanhecer*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1999;

Brasil: a Construção Interrompida. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1992.

VIEIRA, Rosa Maria: *Celso Furtado. Reforma, Política e Ideologia* (1950 – 1964). 2ª ed. São Paulo: UFABC, 2020

Celso Furtado, 100 anos: legado de um economista do século XX para o século XXI



Flávio Saes

Professor aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

O centenário do nascimento de Celso Furtado, que ocorre neste ano de 2020, foi a oportunidade para revisão e revalorização de sua vasta obra numa época em que o mundo enfrenta crises de várias ordens (sanitária, econômica, social, política).

A ampla repercussão nacional e internacional da obra de Celso Furtado permite afirmar que ele foi o mais importante economista brasileiro do Século XX. Basta lembrar que teve seus livros traduzidos para pelo menos 11 idiomas (entre eles japonês, chinês, polonês, romeno, sueco e farsi), a atestar o interesse que sua obra despertou em todo o mundo. Por mais de 50 anos escreveu livros, artigos, relatórios cujo tema central é o subdesenvolvimento: origens, reprodução, possibilidade de superação. Seus escritos se atualizam constantemente, incorporando novas questões propostas pelas transformações econômicas e sociais, porém o subdesenvolvimento permanece como o *leitmotiv* de sua reflexão.

A relevância do pensamento de Furtado é fruto não apenas de sua envergadura intelectual, mas também de uma rica experiência de vida. Nascido em Pombal, no interior da Paraíba, em 26 de julho



Foto: divulgação Memorial da Democracia

de 1920, conviveu desde cedo com uma sociedade marcada pela pobreza e pela profunda desigualdade social, como relata em um de seus livros:

“Quando nasci, o sertão da Paraíba ainda era assolado por cangaceiros e pelo banditismo. Os grandes fazendeiros eram as únicas autoridades. Para mim a ideia de poder estava ligada à de arbítrio e abuso. Fui criado vendo a violência desenfreada com que se tratavam as pessoas e a miséria reinante”¹.

Em 1944, após concluir o curso de Direito no Rio de Janeiro, foi convocado para a FEB (Força Expedicionária Brasileira), integrando, de janeiro a agosto de 1945, as forças brasileiras que participaram da Segunda Guerra na Itália. Em 1946, depois do retorno ao Brasil, voltou à Europa para realizar seu doutorado da Universidade de Paris, onde defendeu, em 1948, a tese *A Economia Colonial Brasileira*. Nesses anos pode acompanhar a reconstrução da economia europeia no pós-guerra: a pobreza dos países europeus mais afetados pela guerra era enfrentada por meio de um vasto, e em grande medida bem-sucedido, esforço de reconstrução. Em 1949 passou a integrar, em Santiago do Chile, o corpo técnico da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão recém-criado e vinculado às Nações Unidas. Em 1952, como funcionário da

CEPAL, assumiu, no Rio de Janeiro, a direção do Grupo Misto CEPAL-BNDE cujo objetivo era produzir informações e análises sobre a economia brasileira. Em 1958, já desligado da CEPAL, foi designado para dirigir o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste): seus estudos sobre a economia do Nordeste convenceram o presidente Juscelino Kubitschek a criar a Sudene. Furtado foi nomeado seu superintendente, cabendo a ele a estruturação do órgão. Em 1962, chamado pelo presidente João Goulart para o Ministério do Planejamento, elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico. Em meados de 1963 voltou à superintendência da Sudene, cargo que ocupava quando, em abril de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos pelo Ato Institucional nº 1. Imediatamente recebeu vários convites de universidades estrangeiras (como Harvard, Columbia, Yale) e de órgãos oficiais (como CEPAL, BID, ILPES). Em maio de 1964, voltou ao Chile para participar de seminários no ILPES (órgão ligado à CEPAL); em 1964-1965 foi professor visitante da Universidade de Yale (Estados Unidos). Ainda em 1965, recebeu convite para assumir a cátedra de Desenvolvimento Econômico na Universidade de Paris, onde permaneceu até 1985. Em 1986, ocupou, no governo Sarney, o Ministério da Cultura. Manteve, nos anos noventa, intensa atividade: participou de comissões e órgãos internacionais e continuou a publicar artigos e livros (o último deles, *Raízes do Subdesenvolvimento*, em 2003).

O foco central da vasta obra de Furtado é a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, certamente resultado de sua sensibilidade para a questão da pobreza que observara desde muito jovem. A riqueza de sua obra permite leituras sob várias perspectivas (econômica, social, política, cultural). Procuramos, a seguir, explorar apenas um aspecto do pensamento de Furtado: o sistema “centro-periferia” de relações econômicas internacionais em que se insere

“A relevância do pensamento de Furtado é fruto não apenas de sua envergadura intelectual, mas também de uma rica experiência de vida.”

a questão do subdesenvolvimento latino-americano. Vale lembrar, Furtado atribui a Raúl Prebisch, primeiro secretário-geral da CEPAL com quem trabalhou em Santiago do Chile, a concepção “centro-periferia”, fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento:

“Essa visão global da economia capitalista, que permitia nela identificar uma fratura estrutural gerada pela lenta propagação do progresso técnico e perpetuada pelo sistema de divisão internacional do trabalho que então existia, constituiu certamente a contribuição teórica maior de Prebisch, e foi o ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento latino-americano, tendo amplas projeções em outras regiões do mundo”².

A concepção “centro-periferia” está presente em Formação Econômica do Brasil, livro publicado em 1959 e que se tornou um clássico da História Econômica do Brasil. O texto estuda a dinâmica da economia brasileira (desde a economia escravista no século XVI até a economia de transição para um

sistema industrial no século XX). Caracterizada por séculos como voltada à exportação, a economia brasileira encontrou na crise de 1929 e na Grande Depressão dos anos 1930 a oportunidade histórica de romper seu caráter periférico. Enfraquecidos os laços com a economia mundial, foi possível o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno, em especial à indústria manufatureira. O aprofundamento da industrialização nas décadas seguintes permitia visualizar a constituição de uma economia nacional autônoma, cujo núcleo era a indústria voltada ao mercado interno. Era essa a mensagem presente em A Pré-Revolução Brasileira (publicado em 1962):

“Em síntese, o Brasil, ao iniciar-se a sétima década do século encontra-se no umbral de sua transmutação em nação industrial. Trinta anos de profundas transformações fizeram de uma simples constelação de economias periféricas do mercado mundial, com a dinâmica típica de um sistema colonial, uma economia industrial cujo processo de



crescimento se traduz em diferenciação crescente, a níveis mais altos de produtividade, de uma estrutura cada vez mais complexa. (...) A nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente. Temos em nossas mãos os instrumentos de autodeterminação que até há pouco tempo eram apanágio de uns quantos povos privilegiados”³.

Essa expectativa, de uma economia nacional independente, estava associada à noção de que a industrialização seria o caminho do desenvolvimento por meio do aumento da produtividade e da distribuição de seus ganhos pelo conjunto da população, de modo a superar a pobreza. Essa esperança se esvaiu ao longo dos anos 60. Em parte, pela opção política dos governos autoritários da época, não só no Brasil, mas também em outras nações latino-americanas, de maior integração econômica com as economias capitalistas desenvolvidas (em especial, os Estados Unidos). Mas também porque se

percebia a crescente dificuldade de romper com o subdesenvolvimento dada a forma prévia de inserção das economias latino-americanas na economia mundial. É o que Furtado, mais tarde, denominou “a armadilha histórica do subdesenvolvimento”⁴.

O fenômeno fundamental para o desenvolvimento econômico é o progresso técnico: é por meio dele que se obtém o aumento de produtividade que resulta na elevação da renda per capita. Quando a acumulação de capital se faz em ritmo mais rápido do que o crescimento da população (e, portanto, da disponibilidade de mão de obra), há uma pressão para a elevação dos salários, de modo que essa sociedade caminha rumo ao que Furtado denomina “homogeneização social”. Não se trata da igualdade absoluta entre todos, e sim da situação em que os “membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais”. Isso foi o que ocorreu no “centro”, ou seja, nos países que se



industrializaram no século XVIII e no XIX..

Mas esse não era um resultado necessário do progresso técnico. Para Furtado “A teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população”. E por que isso ocorre? Ou seja, qual é afinal a “armadilha histórica do subdesenvolvimento”?

Na periferia, não ocorreu a produção de novas técnicas e sim a absorção das inovações criadas nos países centrais. Mas essas inovações são de dois tipos: de um lado, processos produtivos mais eficientes; de outro, novos produtos que passam a integrar o padrão de consumo da sociedade. A possibilidade de absorção do progresso técnico na periferia se deu a partir do crescimento da renda gerada pelas exportações de produtos primários. Porém, não houve progresso nas técnicas na produção primária (exceto algum melhoramento em atividades de apoio como o transporte ferroviário); assim a absorção do progresso técnico se fez principalmente pela incorporação, por meio de importação, de novos produtos ao padrão de consumo da periferia. Mas como a renda era altamente concentrada, esses produtos eram aqueles que atendiam aos grupos ricos dos países periféricos. A esse fenômeno, Furtado deu o nome de modernização: a assimilação do progresso técnico por meio da incorporação de novos produtos ao padrão de consumo de certos grupos, sem expressiva transformação do processo produtivo.

A esperança de que a industrialização pudesse conduzir à homogeneização social foi frustrada exatamente porque ela ocorreu numa economia marcada pela modernização. Após uma fase inicial em que a substituição de importações ocorreu nas indústrias mais simples, a industrialização se pautou pelos produtos de consumo dos grupos de alta renda (o segmento mais dinâmico da demanda).

Ora, nestas indústrias a tecnologia, importada dos países centrais, era tipicamente intensiva em capital. Em consequência, houve reduzida absorção de mão de obra, sem gerar pressão para a elevação dos salários da economia. Essa é a “armadilha histórica do subdesenvolvimento”: a industrialização ocorreu em vários países da periferia, mas ela se fez num padrão imposto pela modernização e não produziu a homogeneização social que deve ser, afinal, o objetivo central do desenvolvimento.



A esperança de que a industrialização pudesse conduzir à homogeneização social foi frustrada exatamente porque ela ocorreu numa economia marcada pela modernização.



Esse resultado é reiterado pela elevada propensão ao consumo dos grupos de altas rendas. Por um lado, ela gera uma pressão sobre a indústria voltada ao mercado interno para a constante atualização de seus produtos com o uso de técnicas mais modernas, normalmente poupadoras de mão de obra; por outro, gastos de consumo elevados limitam a poupança e, em consequência, os recursos disponíveis para investimentos produtivos e na área social. Em suma, há uma conexão entre padrões de consumo e estrutura produtiva que decorre da condição periférica (ou dependente) não apenas econômica, mas também cultural: “... a crise que aflige nosso povo não decorre

apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida ela é o resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando assim a maioria da população dos meios de vida essenciais⁶

Furtado reconhece que “desarmar” a armadilha do subdesenvolvimento não é tarefa simples. Sugere caminhos para enfrentar a pobreza: reverter o processo de concentração patrimonial e da renda; concentrar investimentos no fator humano/educação; conciliar progresso tecnológico com criação de empregos; privilegiar o mercado interno⁷, propostas que entram em choque com a lógica econômica convencional. Daí a necessidade de ação política para enfrentar o impasse do subdesenvolvimento:

“Somente a criatividade política impulsada pela vontade política coletiva poderá produzir a superação desse impasse. Ora, essa vontade coletiva requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões”⁸

Celso Furtado faleceu no Rio de Janeiro em 2004, aos 84 anos de idade. Em suas últimas obras manteve sua visão de que superar o subdesenvolvimento exige muito mais do que alguns indicadores quantitativos aparentemente satisfatórios como rápido crescimento do PIB ou aumento da renda per capita; nada disso

garante a efetiva promoção do desenvolvimento. Em texto de 2002, lembrava também que ao se generalizar o modelo de civilização industrial se incorria em custo ecológico que poderia levar a uma catástrofe planetária. Creio que os eventos dos anos que se seguiram confirmariam sua concepção: desindustrialização, mercado interno limitado, ampliação de um terciário marcado pelo trabalho informal, degradação e desastres ambientais, tudo isso caminha em direção oposta ao que Furtado considerava necessário para promover o efetivo desenvolvimento. A pandemia evidenciou vários desses problemas como a fragilidade do mercado interno, a dimensão da pobreza (expressa pelo alcance, ainda que limitado, do auxílio emergencial), a precariedade do trabalho informal, a possível ligação de epidemias com a degradação ambiental. Propostas levantadas, não só no Brasil, mas no plano mundial para enfrentar o impacto da pandemia sugerem a aproximação com o pensamento de Furtado: renda mínima, mudança radical do caráter do capitalismo, ampliação do papel do Estado, medidas para controle da degradação ambiental entre tantas outras. A dimensão mundial desses problemas não reduz a validade da consideração de Furtado sobre o destino do Brasil:

“Numa palavra, podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se se transformar numa sociedade mais justa e preservar sua independência política. Assim, o sonho de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não se terá desvanecido”⁹



"Furtado sugere caminhos para enfrentar a pobreza: reverter o processo de concentração patrimonial e da renda; concentrar investimentos no fator humano/educação; conciliar progresso tecnológico com criação de empregos; privilegiar o mercado interno, propostas que entram em choque com a lógica econômica convencional"





Referências bibliográficas

¹ FURTADO, Celso. O Longo Amanhecer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p.69

² FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.61-62

³ FURTADO, Celso. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p.115)

⁴ FURTADO, 1992, Cap.II.

⁵ FURTADO, 1992, p.40.

⁶ FURTADO, Celso. Em busca de um novo modelo. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.78.

⁷ FURTADO, Celso. 1999, p.32-43.

⁸ FURTADO, 2002, p.36.

⁹ FURTADO, 2002, p.43

A subutilização de fatores de produção

Todos temos um pouco de raízes nas visões de Celso Furtado. Além das leituras, tive a oportunidade de cobrir pelo Jornal do Comércio de Recife uma reunião da Sudene, em 1963, em que Celso Furtado pedia aos governadores que resolvessem na própria reunião o andamento de alguns projetos. Frente à resposta de um dos governadores de que seria preciso dar um prazo para “as devidas considerações”, Celso respondeu secamente que também poderia tomar

tempo para as “devidas considerações” quando recebe pedidos dos governadores. Faceta de um realizador frente aos marasmos políticos.

Celso Furtado nos permitia focar problemas estruturais da sociedade. Queria na presente nota trazer o problema da subutilização de fatores de produção no Brasil, tema que envolve tanto a economia como a política, e tem tudo a ver com a dimensão estrutural dos nossos dramas.



Ladislau Dowbor

É professor titular de economia da PUC-SP, ex-consultor de várias agências das Nações Unidas, e autor de numerosos livros e estudos técnicos.



A subutilização da mão de obra

A realidade é chocante: neste país de 212 milhões de habitantes, o emprego formal privado se resume a 33 milhões de pessoas. Somando 11 milhões de funcionários públicos, são 44 milhões, apenas 42% da força de trabalho de 105 milhões. A subutilização da força de trabalho constitui uma dimensão particularmente gritante da nossa fragilidade econômica, pois se trata, para além do drama social, de uma enorme insensatez econômica. A Síntese de Indicadores Sociais 2019 do IBGE traz uma seção sobre essa questão.

Como ordem de grandeza, temos 40 milhões de pessoas no setor informal. Segundo o IBGE, a renda desses trabalhadores é a metade da renda que o trabalhador formal auferir. São pessoas que no essencial “se viram”. Ser empreendedor individual sem dúvida frequentemente assegura uma aparência mais digna à subutilização, mas vemos na própria uberização e terceirizações irresponsáveis o que isso pode significar. E temos 13 milhões de pessoas formalmente desempregadas. Somando os 40 milhões do setor informal e os 13 milhões de desempregados, são 53 milhões, a metade da força de trabalho. A esse contingente precisamos acrescentar o imenso desalento, pessoas que estão

em idade de trabalho, mas desistiram de procurar, e ainda as pessoas classificadas como empregadas, mas que trabalham apenas algumas horas.

No conjunto, a subutilização da força de trabalho, num país onde há tantas coisas por fazer, é absolutamente chocante. Em cada um dos 5.570 municípios do país, temos por exemplo pessoas desempregadas e terra parada. Não é complicado pensar que se possa organizar um cinturão verde hortifrutigranjeiro em torno de cada um, simplesmente articulando os fatores de produção parados. Em Santos, no tempo de David Capistrano, acompanhei o projeto em que os desempregados da cidade foram cadastrados e organizados na Operação Praia Limpa, que permitiu realizar as obras de saneamento, tirando os esgotos dos canais pluviais, o que recuperou a balneabilidade das praias, e em consequência o turismo, a atividade hoteleira e semelhantes, transformando uma operação temporária em empregos permanentes. Exemplos não faltam, planejamento econômico e social consiste em boa parte em articular fatores subutilizados.

Um argumento ideológico sempre buscou justificar a desigualdade com a falta de iniciativa dos pobres: o pobre não precisa que lhe ensinem disposição para trabalhar, precisa de oportunidades. Isso envolve planejamento e iniciativas públicas, em vez de discursos ideológicos.

A subutilização da terra

O censo agropecuário de 2017 nos dá outra dimensão da subutilização dos fatores. O Brasil é imenso. Os 8,5 milhões de quilômetros quadrados correspondem a 850 milhões de hectares. Segundo o censo, 353 milhões de hectares constituem estabelecimentos agrícolas. Nesses, 225 milhões de hectares constituem solo agricultável, portanto disponível para atividades produtivas, tanto pela qualidade do solo como pela disponibilidade de água. O que choca, é que somando a agricultura permanente e temporária, o uso produtivo no sentido pleno ocupa 63 milhões de hectares. Arredondando, temos 160 milhões de hectares de solo agrícola parado ou subutilizado. Essa área representa 5 vezes o território da Itália. Precisamos desmatar a Amazônia?

Grande parte dessa terra parada ou subutilizada é ocupada pela pecuária extensiva. O limite entre terra produtiva e improdutiva gerou um amplo debate devido à pressão secular pela reforma agrária no país. Usar imensas regiões com quase um hectare por cabeça de gado gera sem dúvida fortunas para os conglomerados agroexportadores

de carne, mas para quem conhece formas modernas de criação de gado semi-confinado, com as unidades de pecuária plantando forragem, o desperdício torna-se evidente. Numa imensa parte do Brasil, o solo constitui apenas a base para um rentismo improdutivo. A pecuária extensiva gera pouquíssimo emprego, poucos impostos, e está articulada com os grandes traders de commodities agropecuárias.

Um resgate do ITR, Imposto Territorial Rural, que no Brasil constitui uma ficção, permitiria sem dúvida estimular a produtividade: como na Europa e em outras regiões, o fato de pagarem impostos sobre terra parada estimula os proprietários a utilizá-la de maneira mais produtiva, ou vendê-la para quem produza. Em particular, é preciso tributar o rentismo, em que se valorizam terras com a simples expansão de infraestruturas e da urbanização. Em Imperatriz do Maranhão, mais de 80% dos produtos nas gôndolas dos supermercados vêm de São Paulo, enquanto em volta da cidade dormem imensas extensões de terra parada, que se valoriza passivamente com a expansão urbana. Estamos esperando que “os mercados” resolvam?



A subutilização do capital

Tão gritante como a subutilização da força de trabalho e da terra no Brasil, é a subutilização do capital, que se transforma em patrimônio familiar e aplicações financeiras em vez de investimentos produtivos. Isso trava o desenvolvimento de infraestruturas, a produção de bens e serviços e o emprego. No Brasil raros que fazem a distinção tão essencial entre aplicação financeira e investimento produtivo. Em francês, *placements financiers* e *investissements* é bastante clara. O Economist, por falta de conceito de aplicação financeira, distingue *speculative investments* e *productive investments*. Mariana Mazzucato utiliza *financial investments* para caracterizar a diferença. O fato é que no Brasil o que os bancos chamam de investimento constitui uma imensa esterilização dos nossos recursos.

Os 206 bilionários brasileiros apresentados na edição especial da Fortune são essencialmente donos de holdings, acionistas, controladores de fundos de investimentos, donos de cotas acionárias, e naturalmente banqueiros ou acionistas de bancos. A intermediação financeira transformou-se entre nós em autêntica extorsão. Um dos principais mecanismos são as taxas usurárias de juros, representando como ordem de grandeza ao mês o que no resto do mundo se cobra ao ano. Exemplos de custo efetivo total de crédito apresentados pela ANEFAC (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis) incluem, para pessoa física em junho de 2020, 74% em média no crediário comercial, 256% no cartão de crédito, 129% no cheque especial, 46% no empréstimo pessoal nos bancos. A título de comparação os juros sobre cartão de crédito no Canadá eram 22% ao ano, reduzidos por ordem do governo para 11% com a pandemia.

Para pessoa jurídica a média apresentada é de 43%. Todas essas taxas estão no mesmo nível desde 2013, apesar da forte redução da taxa Selic.¹ O resultado é que duas forças essenciais de

propulsão da economia, a demanda das famílias e o investimento das empresas, se vêm drasticamente reduzidas, ainda antes da pandemia. Lembrando que o último ano de crescimento significativo da economia brasileira foi 2013, de 3,0%. Com a ofensiva contra a fase desenvolvimentista e distributiva em 2013 e 2014, a guerra da Lavajato e o caos pré- e pós-eleitoral, a economia brasileira está no sétimo ano de paralisia. O primeiro trimestre de 2020, sem impacto econômico significativo ainda da pandemia, apresentou uma queda do PIB de 1,5% relativamente ao trimestre anterior. O dreno dos recursos pelos grupos financeiros desarticulou a economia e a mantém parada.

Em termos de teoria econômica, o conceito de financeirização se tornou essencial. Os trabalhos de Thomas Piketty, de Joseph Stiglitz, de Marjorie Kelly, de Ann Pettifor e de tantos outros permitiram uma reviravolta depois de 40 anos de dominância do discurso neoliberal. A base é simples: a produção de bens e serviços, o PIB no mundo, aumenta em cerca de 2% a 2,5% ao ano. Os rendimentos de aplicações financeiras em volumes elevados rendem entre 7% e 9%. Entre juros e dividendos, ganhar dinheiro, o grande dinheiro, se divorciou em grande parte dos processos produtivos. O capital vai para onde rende mais. O mecanismo básico de apropriação do excedente social se deslocou: para explorar um assalariado, o empresário precisa pelo menos gerar um posto de trabalho. Hoje o endividamento das famílias é generalizado, as tarifas absurdas nos cartões atingem a todos. E os dividendos elevados nas empresas produtivas tornam a expansão produtiva pouco viável.



Tão gritante como a subutilização da força de trabalho e da terra no Brasil, é a subutilização do capital, que se transforma em patrimônio familiar e aplicações financeiras em vez de investimentos produtivos



O empresário efetivamente produtivo não precisa de “confiança” ou de discurso ideológico, precisa de famílias com capacidade de compra, para ter para quem vender, e de juros baratos para poder financiar a produção. No Brasil, ele não tem nem uma coisa nem outra. Após tantos anos de Ponte para o Futuro em diversos formatos, as empresas no Brasil estão trabalhando com 30% de capacidade ociosa. Harvey tem razão, o que era capital, portanto dinheiro inserido no processo de acumulação produtiva do capital, hoje é essencialmente patrimônio. Entre 2018 e 2019, em 12 meses, os 206 bilionários brasileiros aumentaram os seus patrimônios em 230 bilhões, um aumento de 23% numa economia parada. E já na pandemia, nos 4 meses entre março e julho de 2020, o grupo mais restrito de 42 bilionários em dólares aumentou as suas fortunas em 180 bilhões de reais: é o equivalente a 6 anos de bolsa-família, para 42 pessoas, em 4 meses, em plena pandemia. Lembrando ainda que desde 1995 esse tipo de ganhos é isento de impostos.

A dinâmica econômica da China, ou na Coreia do Sul, por exemplo, não constitui um milagre, tratou-se simplesmente de assegurar a orientação dos recursos financeiros para atividades produtivas. Um relatório da ONU resume a questão: “A prosperidade para todos não pode ser assegurada por políticos com visão de austeridade, corporações centradas no rentismo e banqueiros especulativos. O que necessitamos urgentemente agora é um novo pacto global.”³.



Subutilização do potencial científico-tecnológico

Hoje o principal fator de produção é o conhecimento. O que está se formando é muito mais do que de uma ‘indústria 4.0’. A mudança é sísmica. Adotamos aqui a mesma visão expressa no *New Scientist*: “A tecnologia tem um potencial tão grande que a expectativa geral é que o seu impacto seja tão profundo quanto o da revolução industrial.”. Não é só o dinheiro que se tornou em simples sinais magnéticos registrados em computadores, é o conjunto da economia que desloca as suas formas de organização para o que André Gorz chamou de “o imaterial”. Não é mais a General Motors e semelhantes que dominam o jogo, são os sistemas de controle das finanças e das tecnologias, o GAFAM nos Estados Unidos, o BAT na China, os SIFIs (Systemically Important Financial Institutions). No centro da economia, não está mais a fábrica, estão as plataformas, os gestores de fortunas, os controladores da comunicação.⁵.

É impressionante o recuo do Brasil com a submissão aos Estados Unidos no caso da tecnologia do G5, a desestruturação das capacidades de pesquisa da Petrobrás, o fechamento do programa de formação de cientistas no exterior, o travamento das bolsas de pesquisa e de pós-graduação, a venda mal abortada da Embraer, a transformação do país em mero comprador de patentes: o recuo nesta área terá impactos avassaladores sobre o futuro do país. Temos mais de um terço da população sem acesso à internet, numa era em que ficar fora do sistema digital significa isolamento social. Ainda temos universidades em que os alunos tiram xerox de capítulos acumulados nas pastas de professores.

Ainda travamos acesso aos textos científicos quando o MIT os disponibiliza na plataforma OCW (Open Course Ware), a China no sistema CORE (China Open Resources for Education). O Japão há décadas possui sistemas online de apoio

tecnológico para pequenos produtores, inclusive de agricultura familiar. A Finlândia há 50 anos lançou o programa de generalização de elevação científico-tecnológica do país, com programas educacionais públicos, gratuitos e universais. No Brasil ainda se discute a privatização e distribuição de *vouchers*, proposta dos tempos de Ronald Reagan nos Estados Unidos. A subutilização da imensa capacidade criativa da população, ao se travar as oportunidades para a imensa maioria, constitui um crime contra as próximas gerações, e demonstra uma profunda ignorância do que Jessé Souza chamou adequadamente de *A elite do atraso*.



A tecnologia tem um potencial tão grande que a expectativa geral é que o seu impacto seja tão profundo quanto o da revolução industrial.



Subutilização das políticas públicas

Celso Furtado tinha a ideia clara da importância do Estado e do planejamento. No nosso caso, em nome de ideologias ultrapassadas, está se paralisando o país, mas também comprometendo o seu futuro. A ideia do 'Estado mínimo' é simplesmente burra. Há coisas que a empresa privada faz melhor, como produzir tomate, bicicleta ou automóvel. Entregar para grupos privados serviços básicos como saúde, educação, cultura, segurança e outras políticas sociais leva a perdas radicais de eficiência. O maior setor econômico dos Estados Unidos é hoje a saúde, cerca de 20% do PIB. O custo dos serviços americanos de saúde, em grande parte privatizados, é de 10.400 dólares por pessoa por ano. No Canadá, onde os serviços de saúde são públicos, gratuitos

e de acesso universal, o custo é de 4.400 dólares. O Canadá está entre os primeiros em termos de qualidade da saúde da população, no conjunto dos países da OCDE, enquanto os Estados Unidos entre os últimos.

Mariana Mazzucato, no seu *O Estado Empreendedor*, e no mais recente *The Value of Everything*, traz com força a importância do papel do Estado na promoção de políticas. Não se trata do tamanho do Estado, e sim dos efeitos multiplicadores, em termos de produtividade sistêmica do país, que pode trazer um Estado forte e orientado pelos interesses da nação. No nosso caso, com a apropriação de funções-chave do Estado por grupos privados, e a liquidação da regulação financeira, é o conjunto das atividades do país que é prejudicado, e inclusive tantas empresas produtivas que apoiaram os retrocessos políticos. Entramos na era da pandemia com 6 anos acumulados de marasmo econômico e social. Resgatar o papel do Estado como indutor de desenvolvimento, resgatar a função do planejamento na articulação dos recursos subutilizados, e em particular resgatar a regulação do sistema financeiro, para que financie o que é necessário ao país, são apenas pontos de partida. É impressionante ler no editorial do Financial Times de 4 de abril de 2020, em plena pandemia, de que "os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia, e devem ver os serviços públicos como investimentos, não como obrigações." Aqui economistas pré-históricos falam em Estado-mínimo e qualificam os serviços públicos como "gastos". Que saudades de Celso Furtado.



Entregar para grupos privados serviços básicos como saúde, educação, cultura, segurança e outras políticas sociais leva a perdas radicais de eficiência.



Referências bibliográficas

¹ Ver ANEFAC, pesquisa mensal de juros

https://3783fb27-40b2-47fa-ab2dugd/21624f_3fc44b88833a444da1332c23eeec1c85.pdf

² Dados da Forbes:

<https://dowbor.org/2020/02/18676.html/>

Dados da Oxfam:

<https://dowbor.org/2020/07/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bi-durante-pandemia-oxfam-brasil-2020-3p.html/>

³ UNCTAD – Trade and Development Report 2017: Beyond Austerity, Towards a Global New Deal – Unctad, Geneva, 2017, p. ii

⁴ “The technology has such potential that its impact on society is widely expected to be as profound as the industrial revolution.” – New Scientist, April 23, 2018

⁵ Detalhamos essas transformações, e a gestação de um novo modo de produção informacional, em O Capitalismo se Desloca: novas arquiteturas sociais, SESC, São Paulo, 2020 -

<https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/05/Dowbor-O-capitalismo-se-desloca-Edicoes-SescSP-2020.pdf>

Ladislau Dowbor é professor titular de economia da PUC-SP, ex-consultor de várias agências das Nações Unidas, e autor de numerosos livros e estudos técnicos disponíveis no site <http://dowbor.org>, na íntegra, em regime Creative Commons (livre acesso e uso não comercial).

Contato ldowbor@gmail.com



Nordeste em crise: Um olhar com luzes de Celso Furtado



Rômulo Soares Polari

Economista, Presidente do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba, professor e ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



De 2015 a 2019, o Nordeste enfrentou sérias dificuldades socioeconômicas. Foi uma das regiões do país mais afetadas pela crise econômica e política brasileira. Em 2020, para além das dores humanas com tantos casos de pessoas infectadas e mortas pela COVID-19, os efeitos da pandemia na economia nordestina serão enormes.

O agravamento da realidade nordestina é analisado com foco na superação, com base no saber legado por Celso Furtado. Defendem-se ações de recuperação integradas a um plano de desenvolvimento. As propostas se inspiram no espírito inovador, à época, da política regional que criou a SUDENE (dezembro/1959), proposta de Furtado acatada pelo presidente Kubitschek.

1 - Dimensão e características da crise atual no Nordeste

Os impactos da crise sanitário-econômica são terríveis. Pelas previsões do FMI (WEO-junho/2020), em 2020 o PIB mundial cairá 4,9%, o dos EUA 8,0% e o do Brasil 9,1%. O PIB nordestino deve cair menos que o brasileiro. A região será relativamente mais contemplada pelas políticas nacionais anticrise focadas nas pessoas mais pobres. No quinquênio 2015-19, com o aperto fiscal e os baixos investimentos públicos e privados, o PIB do país caiu 3,2% e o regional 5,3%.

A pandemia têm impactos simultâneos singulares: a) redução dos níveis de produção, demanda e emprego, b) explosão dos déficits públicos, c) queda das atividades informais e d) precarização da vida dos pobres. No Nordeste, esses devem ser os pontos de partida da recuperação, sem perder de vista os históricos entraves ao desenvolvimento.

Os problemas do Nordeste são imensos: a) acúmulos (2015-20) de 12 % de queda do PIB e cerca de 35% de capacidade produtiva ociosa, b) cerca de 4 milhões de desempregados e c) grande número de micro e pequenas empresas fechadas

ou em graves dificuldades financeiras.

É primordial evitar uma depressão econômica. Isso requer demanda efetiva nos mercados, que não virá dos desempregados, endividados, micro/pequenos empresários falidos e das empresas, que estão com alta ociosidade. A solução depende de ações públicas eficientes de gastos, investimentos, subsídios e crédito. Os estados e municípios terão um papel importante, mas sem a necessária suficiência financeira. Isso só virá do governo federal, com expansão monetária e da dívida e do déficit públicos.

2 - Um pouco do ideário de Furtado

Celso Furtado foi um pensador genial. A sua formação filosófica, teórica e prática foi influenciada por gênios da Filosofia e das Ciências Sociais (Auguste Comte, David Ricardo, Karl Marx, Karl Mannheim, Jean-Paul Sartre, Joseph Alois Schumpeter, John Maynard Keynes, Marx Weber, e outros). Mas criou conhecimentos que não cabem no ideário de nenhum deles, e vão além.

Dos anos 1930 em diante, vários pensadores produziram excelentes obras sobre a formação cultural, social, política e econômica do Brasil: da origem colonial rural-agrícola a um país cada vez mais urbano-industrial. Nesse grupo estão Roberto Simonsen, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Darcy Ribeiro. Furtado foi além de decifrar o país, ao criar teorias aplicáveis contra o atraso e o sofrimento e miséria de grande massa da população. Fez, assim, algo análogo ao que disse Karl Marx (1845, na 11ª das Teses sobre Feuerbach): *Até agora os filósofos ficam preocupados na interpretação do mundo de várias maneiras. O que importa é transformá-lo.*

Destaca-se, como saber consistente de Furtado, a conclusão sobre a superação do subdesenvolvimento: *Em síntese, se mudanças*

estruturais são condição necessária à promoção do desenvolvimento, este dificilmente brotará espontaneamente da interação das forças de mercado (Em seu discurso, ao receber o título de Doutor Honores Cause da UFPB, em 1996).

Neste ano do centenário de Celso Furtado, é importante lançar suas luzes aos debates políticos, sociais e econômicos no país. Assim, os problemas nordestinos e brasileiros serão vistos como um todo orgânico de conteúdos lógico-histórico, conjunturais e estruturais: das atuais dificuldades com o desemprego, recessão, educação, saúde e queda da renda dos pobres, etc. à busca do desenvolvimento.

“ Se mudanças estruturais são condição necessária à promoção do desenvolvimento, este dificilmente brotará espontaneamente da interação das forças de mercado. ”

3 - Visão objetiva do subdesenvolvimento do Nordeste

Na evolução econômica do Brasil, período 1970-2019, que inclui fases de atuação relevante da SUDENE, o aumento da participação do Nordeste no PIB brasileiro foi inexpressivo: de 11,9% para 14,4%. Mantido esse ritmo histórico de correção de suas disparidades, a região vai conviver, por longo tempo, com o atraso.

Essa cinquentenária evolução econômica do Nordeste, já mais produtivamente integrado ao Brasil, não superou o seu subdesenvolvimento. Mas merece registro o fato de se ter evitado o agravamento crescente das suas disparidades socioeconômicas, em relação ao Centro-Sul do país, tão visível nos anos 1950 e primeiros anos 1960.

É razoável afirmar que uma condição necessária para o Nordeste avançar rumo ao desenvolvimento é que a renda média da sua população seja equivalente a, pelo menos, 80% da renda per capita brasileira. Atualmente esse



percentual é de 52,9%. Pelos dados mais recentes, ano de 2019, a renda per capita do Brasil, a preços de 2017, foi de R\$ 32.000,00 e a do Nordeste de R\$ 16.927,00.

Nesse caminhar lento de solução, é provável que a população do Nordeste estabilize sua participação na população do país em 26% (Em 2019 foi de 27%). Assim, para a renda per capita nordestina equivaler a 80% da brasileira, mantendo-se o ritmo de aumento da participação do PIB da região no PIB do Brasil, verificado de 1970 a 2019, 2,5 pontos percentuais em 50 anos, seriam necessários 128 anos.

A desconfortável situação do Nordeste é incontestável. As suas forças sociais, políticas e econômicas devem assumir o protagonismo que lhes cabe, na luta pelo desenvolvimento baseado num crescimento econômico de longo prazo em ritmo superior ao nacional. Sem isso, mantém-se o oneroso passivo histórico de subdesenvolvimento da região e suas agruras socioeconômicas.

4 - Ações de recuperação socioeconômica

Nos anos 2020-22, o Nordeste deve ser contemplado com eficientes políticas e ações públicas e privadas; primeiro para minimizar a recessão e, depois, para recuperar a economia. A atuação do governo será fundamental, na linha keynesiana de intervenção estatal voltada à geração de demanda, emprego e renda, aproveitando a capacidade produtiva ociosa.

Esses caminhos razoáveis de redinamização econômica são conhecidos pelo Poder Público. Os governos federal, estaduais e municipais estão adotando medidas significativas: garantia de renda e apoio às pessoas mais pobres atingidas pela crise, transferências financeiras extras para estados e municípios, garantia de emprego, crédito a baixo custo às empresas, etc.

O governo federal criou dois grandes programas: Auxílio Financeiro Emergencial aos

trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados (Lei 13.982/20, de 02.04.20, no valor total de R\$50 bilhões/mês); Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda para trabalhadores com contrato de trabalho suspenso ou redução da jornada e do salário (MP 936/2020, de 01.04.20, depois Lei 14.020/20, de 06.07.20).

Esses dois programas vêm funcionando a contento, inclusive quanto às dotações financeiras. Mas os programas de apoio creditício às micro e pequenas empresas são pouco acessíveis, e não têm chegado à ponta. Esse não atendimento no tempo certo aumentou a quebradeira e falência empresarial, e a duração da crise e recessão.

Há outras ações de curto prazo que, se adotadas pelos governos, trarão eficiência à recuperação. Trata-se de custeios/investimentos com efeitos incrementais rápidos no emprego, renda e capacidade produtiva. Devem ser criados pelo governo federal e seus bancos, integrando os estados e municípios, os programas abaixo, cujos projetos executivos devem ser elaborados em 2020 para uma forte atuação em 2021-22:

- » Habitação popular: novas moradias e reformas/melhorias (Minha Casa Minha Vida);
- » Reativação e conclusão de obras públicas paradas;
- » Novos negócios e ampliação/modernização de micro, pequenas e médias empresas;
- » Recuperação de empresas paralisadas por causas advindas da crise pandêmica;
- » Recuperação/manutenção de estradas, pontes, viadutos, ruas, praças, etc.;
- » Recuperação/manutenção/modernização de escolas da educação básica pública.

5 - O Nordeste no rumo certo do desenvolvimento

As razões em favor do desenvolvimento do Nordeste são incontestáveis. Primeiro porque é condição necessária e suficiente ao desenvolvimento do Brasil. Impõe-se, portanto, como prioridade nacional. A região tem uma boa base geradora de capital humano, ciência e tecnologia, infraestrutura e capacidade empresarial. Urgem políticas desenvolvimentistas inovadoras, com alcance além de programas e ações assistenciais tais como Bolsa Família, Aposentadoria Rural e BPC do INSS.

A sociedade nordestina tem competência, para construir seu projeto de desenvolvimento saído do âmago de suas forças sociais, políticas, econômicas e científicas. Os nordestinos não devem esperar proposta milagrosa do governo federal e sua tecnoburocracia. A solução tornou-se mais complexa, ao ter que se pautar por novos padrões competitivos nacionais e mundiais e pelo exercício da cidadania. Só o Nordeste sabe o futuro que pode e quer ter.

As bases do desenvolvimento nordestino são: eficiência produtiva, sustentabilidade ambiental e inclusão social. É para isso que se orientarão as transformações técnico-materiais e sociais da produção. O que exige ênfase especial à educação, ciência e inovações tecnológicas e organizacionais. Essas são as novas forças propulsoras.

A recuperação do Nordeste pós-pandemia é o marco zero do plano de desenvolvimento que envolve: a) complementação/modernização dos sistemas de serviços básicos e infraestrutura (transportes, água, esgoto sanitário, energia, etc.), b) universalização da educação de qualidade; c) domínio científico-tecnológico relevante; d) diversificação e modernização do setor produtivo, e) inserção competitiva nas economias nacional e mundial e f) seriedade e competência dos governos federal, estaduais e municipais.

O Plano do Novo Desenvolvimento do

Nordeste (PNDN), com delineamentos básicos abaixo, integrará e norteará ações dos governos federal, estaduais e municipais e empreendedores privados. O seu horizonte temporal será de 12 anos, e seu conteúdo operacional deve se pautar por programas, objetivos, projetos e ações com os seguintes focos:

5.1 - Infraestrutura e Condições Econômicas Básicas do Nordeste

- » Modernizar os sistemas de transportes rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo;
- » Reestruturar os sistemas de energia elétrica, com ênfase nas fontes renováveis;
- » Consolidar o sistema regional universalizado de tecnologia da informação;
- » Expandir os sistemas de água tratada e esgoto sanitário para toda a população ; (atendimento em 2018: água tratada 74 % e esgoto 28 %);
- » Eliminar o déficit habitacional da ordem de 1,8 milhão de residências familiares;
- » Aproveitar o reuso de águas cinzas e efluentes tratados na agricultura irrigada.



5.2 - Educação, Ciência e Tecnologia: Bases do Desenvolvimento da Região

» Universalizar o acesso à Educação Básica, com elevados padrões tecnológicos, de eficiência didático-administrativa e de qualidade do ensino;

» Avançar na Educação Superior: atender 30% da pop.de 18-24 anos(hoje $\leq$ 20%);

» Reduzir a zero a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais;

» Implantar um sistema regional de eficiência e qualidade da educação básica;

» Implantar um sistema regional de geração de tecnologia para o setor produtivo e a sociedade, a partir e instituições de pesquisa locais.

5.3 - Reestruturação e Contemporaneidade do Setor Produtivo Nordestino

» Incentivar as empresas a incorporarem inovações tecnológicas e organizacionais que elevem a produtividade e a qualidade dos bens e serviços produzidos;•

» Apoiar a expansão e modernização das médias, pequenas e microempresas agrícolas, agroindustriais, industriais, comerciais e de serviços;

» Apoiar e incentivar novas atividades agrícolas, agroindustriais e industriais voltadas aos novos mercados dos consumidores veganistas e naturalistas;

» Apoiar e fomentar a criação segmentos e atividades industriais de ponta (biotecnologia, energias renováveis, novos materiais e fármacos, tecnologia digital, entre outros);

» Expandir e modernizar o setor de serviços, envolvendo grandes, médias, pequenas e microempresas, com vistas à modernização, eficiência, geração de emprego e renda, e melhoria da qualidade de vida da população;

» Apoiar e incentivar novos segmentos de produtos e serviços nas áreas de tecnologia digital, financeira, médica, mídia, consultoria, arte/cultura, economia criativa, economia circular, etc.

» Criar um sistema regional de aproveitamento das oportunidades turísticas, com base nas artes, cultura e preservação do patrimônio natural e histórico.

A execução dos projetos e ações do PNDN (exclusive os iniciais da recuperação) requer recursos financeiros públicos da ordem de R\$ 360 bilhões (90% governo federal, 8% estados e 2% municípios), em 12 anos. Serão, em média, R\$ 30 bilhões/ano (Em relação ao PIB do Nordeste de 2019, equivaleria a 2,8%). Não é um valor astronômico. Basta ver que o Programa Bolsa Família custa R\$ 32 bilhões/ano, 52% no Nordeste. O sucesso do Plano tende a reduzir essa ação assistencial e até torná-la desnecessária.

O PNDN não substitui nem prescinde do conjunto dos programas e ações normais do governo federal no Nordeste, a exemplo do Minha Casa Minha Vida. O Plano tem missão, objetivos, metas, ações em áreas específicas, com vistas às transformações estruturais viabilizadoras do desenvolvimento.

O Plano aqui delineado deve ser complementado com as seguintes linhas de ação: a) Expansão, modernização, eficiência e qualidade dos sistemas públicos estaduais e municipais integrados de saúde e redes hospitalares; b) Modernização, eficiência e qualidade dos sistemas estaduais integrados de segurança pública e c) Expansão, modernização e diversificação das oportunidades de acesso às artes, cultura, esporte, etc.

6 - Estratégias organizacionais e operacionais do PNDN

O atual Consórcio dos Governadores do Nordeste deve passar a ser o Fórum de Desenvolvimento do Nordeste (FDN), mantidas suas atuais funções. O fórum coordenará e organizará o conteúdo do PNDN.

O FDN seguirá as determinações do seu Conselho Deliberativo, formado pelos governadores dos estados, reitores das universidades federais da região, representantes estaduais das empresas dos setores primário, secundário e terciário e dos respectivos trabalhadores. O Fórum terá câmaras setoriais técnicas e assessoras.

Cada estado nordestino terá uma unidade do FDN, com Conselho Deliberativo assim composto: governador do estado, dirigentes das secretarias e órgãos com afinidade aos objetivos do PNDN, presidente do Legislativo estadual, reitores das instituições de ensino superior públicas locais, presidentes estaduais das federações das indústria, agropecuária e setor de serviços e das correlatas federações dos trabalhadores.

A unidade estadual do FDN coordenará a elaboração da proposta do seu estado ao PNDN, com ampla participação sociopolítica e dos intelectuais, academia e classes empresariais e trabalhistas. Os investimentos e ações serão vinculados aos programas definidos para o desenvolvimento da região.

A alocação dos recursos financeiros do PNDN buscará o desenvolvimento com igualdade socioeconômica intra-regional. O FDN definirá o quanto e para que os investimentos planejados para o Nordeste vão para cada estado. Isso será feito com respaldo nas forças sociais, políticas, empresariais, trabalhistas e científicas da região.

A SUDENE deve ser fortalecida, na sua capacidade de supervisionar e acompanhar a implementação dos programas públicos de

desenvolvimento do Nordeste. Cabem à SUDENE, os encaminhamentos junto ao governo federal e seus ministérios, na viabilização dos meios administrativos, técnicos e financeiros indispensáveis à execução do PNDN

O PNDN requer uma participação relevante das universidades públicas do Nordeste. Essas instituições têm um imenso manancial de formação de recursos humanos de alta qualificação e geração de ciência e tecnologia. Atualmente funcionam com mais 22 mil docentes PhDs e orçamentos que somam cerca de R\$ 28 bilhões/ano. Isso é muito importante em qualquer lugar, no mundo atual.

Mesmo concebido com rigor técnico e alta legitimidade social, política, econômica, acadêmico-científica e institucional, o PNDN depende essencialmente dos políticos nordestinos com mandatos locais e no Congresso Nacional. A região carece muito da coesão, credibilidade e capacidade desses seus representantes, para colocar o desenvolvimento do Nordeste como prioridade junto aos Poderes Públicos do país.





Referências bibliográficas

International Monetary Fund. 2020. *World Economic Outlook Update: A Crisis Like No Other, An Uncertain Recovery*. Washington, DC, June.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

Teoria e política do desenvolvimento econômico. Série Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

POLARI, Rômulo Soares. *A Paraíba que podemos ser: da crítica a ação contra o atraso*. João Pessoa, EDU-UEPB, 2012.

SUDENE. *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife, julho de 2019.



Celso Furtado e o Planejamento Regional no Brasil



Por Renato Mendes Freitas

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), graduado em Ciências Econômicas, Direito e Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Amazonas. Atuou como Coordenador substituto de Estudos Econômicos e Empresarias e como Assessor Técnico da Superintendência da Zona Franca de Manaus e, atualmente, exerce o cargo de Secretário Executivo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas.

No ano que se comemora o centenário de nascimento de Celso Furtado, marcado pelo flagelo da Pandemia causada pela doença do novo Coronavírus (COVID-19), retoma-se as discussões relacionadas as graves desigualdades sociais e regionais no Brasil.

Historicamente, são nesses períodos de instabilidade socioeconômica que os hiatos de desenvolvimento são desnudados e acabam, de uma forma ou de outra, voltando para a pauta de discussões de políticas públicas e do mainstream econômico. Foi assim na Grande Depressão de 1929 que albergou a Teoria Keynesiana e seus reflexos na evolução do planejamento regional em vários países, inclusive nos Estados Unidos da América com a criação do Tennessee Valley Authority (TVA) como parte do New Deal; na crise de polarização norte-sul na Inglaterra que provocou a instituição da Comissão Barlow que objetivava a recuperação econômica do norte; a “divisão norte-sul” na Itália surgindo como resposta a Cassa del Mezzogiorno para viabilizar a industrialização do sul do país; ou ainda, na elevada concentração populacional em Paris produzindo o chamado “deserto francês” que teve como resposta a Delegation d’Aménagement du Territoire (Datar) (Diniz, 2009).

Todo esse emaranhado de ações tomado pelos países da Europa e dos EUA produziu grande repercussão e estimularam uma gama de políticas de planejamento regional nos países da América Latina, bem como um intenso debate e produção técnica científica com teorias vinculadas a diversas escolas de pensamento, e principalmente, com propostas de estratégias de industrialização voltadas ao desenvolvimento econômico para as correntes de base neoclássica ou a discussão dos fatores bloqueadores internos que pelo economistas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), na qual Celso Furtado teve grande participação (Souza, 2007).

No Brasil, as primeiras preocupações com as questões de caráter regional são datadas do

século XIX, especialmente em função das secas no Nordeste e da necessidade de controle territorial da Amazônia, o que resultaram na criação de várias comissões e de tentativas de políticas para atuação naquelas regiões. Foi o caso da Comissão Imperial, criada em 1877 que analisou o problema da estiagem no Nordeste e recomendou o desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do rio São Francisco (Diniz, 2009).

A partir do final da década de 1940 e durante toda a década de 1950, emerge no Brasil uma forte discussão acerca das condições de pobreza das populações nordestinas e nortistas; das questões de ocupação e da integração do território brasileiro como estratégia geopolítica; e do nível de desenvolvimento das regiões Nordeste e Amazônia. Enquanto isso, como já mencionado, o mundo já experimentava diversas políticas de desenvolvimento regional baseada, principalmente, nas experiências do Tennessee Valley Authority (TVA) nos Estados Unidos (EUA), da Cassa per il Sviluppo del Mezzogiorno na Itália, e nos estudos de François Perroux na França sobre “polos de crescimento” (Tavares, 2013).

No caso do Nordeste, o debate sobre as desigualdades regionais e as alternativas para sua superação estavam centrados nos estudos conduzidos por Celso Furtado (Diniz, 2009) em que resgata os fundamentos do subdesenvolvimento trabalhados na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL/ONU) apontados no diagnóstico do GTDN em 1959 (GTND, 1967), que culminaram na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O modelo trazido pela Cassa del Mezzogiorno, em 1950, introduziu pela primeira vez a sistemática de incentivos fiscais para a redução do custo de produção e de formação de capital, o que foi seguido na proposta para Sudene (Diniz, 2009).

Ressalta-se que no contexto de criação da Sudene, a CEPAL tinha se tornado a maior liderança do pensamento desenvolvimentista no mundo, e o pensamento de Celso Furtado centrado nas

ideais cepalinas com modelos de substituição de importações, estruturalismo com defesa da industrialização planejada com intensa participação estatal de forma autônoma, mas voltado para o mercado interno sendo os desequilíbrios resolvidos pelo planejamento do Estado (Souza, 2007).

Na Amazônia, o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, e, conseqüentemente, o retorno das áreas de produção da borracha asiática ao mercado, que até então estavam ocupadas pelo Eixo, reduziram o interesse dos EUA pela continuação dos Acordos de Washington, prorrogados até 1947, em que garantiam a compra a preço fixo com pontualidade de pagamento e apoio logístico de todo o excedente doméstico da produção de borracha (Garcia, 2004). Seguiu-se a redemocratização com a promulgação da Constituição Federal de 18/09/1946, que por proposta de emenda ao Projeto de Constituição de autoria do Deputado Leopoldo Pêres foi instituído o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) com a correspondente vinculação ao orçamento dos entes federados em valor não inferior a 3% de suas rendas tributárias (Art. 199, CF/1946). Entretanto, o PVEA só foi regulamentado em 1953 pela Lei nº.1.806 que também criou a Superintendência gestora do plano (SPVEA) como autarquia federal com sede em Belém/PA e diretamente subordinado à Presidência da República.

Ainda em 1951, o Projeto de Lei nº 1.310 de autoria do Deputado Pereira da Silva propunha a criação de um Porto Franco em Manaus que ao ser analisado na Câmara de Federal recebeu emenda do relator, Deputado Maurício Joppert alterando para Zona Franca no intuito de torna mais eficaz o instrumento de desenvolvimento. No Senado, o relator Senador Leopoldo Tavares da Cunha Melo defendeu o projeto e em 06/06/1957 a Lei nº 3.173 foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek criando a Zona Franca de Manaus (Garcia, 2004).

Após 1964, os governos militares mantiveram a Sudene e passaram a dar prioridade

à industrialização, e principalmente, à política de incentivos financeiros e fiscais e aos investimentos pré-industriais (infraestrutura de energia e transporte), utilizando essa mesma fórmula na criação e orientação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que sucedeu a SPVEA em 1966. Os diagnósticos referentes aos resultados da SPVEA relacionavam a concentração expressiva de investimentos dos recursos do plano no leste da Amazônia, especialmente no Estado do Pará (71,9%), ao mesmo tempo em que a Zona Franca de Manaus (ZFM) primitiva não produziu o impacto desejado na economia da Amazônia mesmo após os 10 anos de sua criação (Mahar, 1978).

“

Emerge no Brasil uma forte discussão acerca das condições de pobreza das populações nordestinas e nortistas

”

A questão da ZFM foi repensada através de uma profunda reformulação que alterou na sua Lei de criação pelo Decreto-Lei nº 288, de 28/02/1967, que estabeleceu um regime especial de incentivos fiscais aumentando a área inicialmente prevista de 200 (duzentos) hectares para 10.000 (dez mil) quilômetros quadrados com a finalidade de “criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos” (art. 1º). O DL nº 288/1967 também criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para administrar essa nova área de exceção fiscal.

No século XX a generalização das políticas regionais que buscavam instrumentos de intervenção estatal na realidade socioeconômica das regiões produziram diversas políticas e fundamentaram a criação de algumas instituições com a missão de

gerir os planos e programas a serem implantados. A intensificação das políticas regionais se dá, em especial, após a promulgação da Constituição de 1946, em que foram previstas importantes vinculações no orçamento dos entes federados para investimentos regionais. Destacam-se no período as seguintes instituições:

1) No Nordeste:

a) Em 1904, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada para atuar no problema das secas no Ceará e no Rio Grande do Norte que passando, em 1906, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, em 1945, transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);

b) Em 1920, a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste do Brasil com previsão de 2% do orçamento da União. Em 1923, a Constituição Federal passou a fixar 4% do orçamento federal para controle das secas;

c) Em 1945, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco nos moldes da experiência do Tennessee Valley Authority (TVA) criado em 1933 pelos Estados Unidos (EUA) como parte do New Deal.

d) Em 1948, a Comissão do Vale de São Francisco (CVSF) sucedida em 1967 pela Superintendência do Vale de São Francisco (SUVALE), que por sua vez também foi sucedida, em 1974, pela Comissão de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);

e) Em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

f) Em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foi extinta em 2001 quando foi sucedida pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste e novamente recriada como Sudene em 2007.

2) Na Amazônia:

a) Em 1912, a Superintendência de Defesa da Borracha, preocupada com os primeiros sinais de crescimento da produção asiática em concorrência com o principal produto de exportação da Amazônia;

b) Em 1942, o Banco de Crédito da Borracha (BCB), nascido no contexto dos Acordos de Washington como órgão financiador dos esforços de guerra para fornecimento da borracha aos aliados que ficou conhecido com a Batalha da Borracha. Em 1957, o BCB foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia e, finalmente, em Banco da Amazônia S.A. (BASA) em 1966, voltado *“não apenas para ser o agente de financiamento do grande plano, mas para ser uma instituição dirigida fundamentalmente a apoiar a iniciativa privada”*;

c) Em 1946, proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) no Comitê de Ciências Naturais preparatório do programa científico da UNESCO e criado através da Convenção de Iquitos não chegou a ser implantado, mas *“contribuiu para colocar definitivamente a Amazônia na agenda política e científica nacional”* (Magalhães, 2006);

d) Em 1952, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), e implantado em 1954, como reflexo das polêmicas levantadas pela proposta de criação do IIHA ligado a UNESCO;

e) Em 1953, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), extinta em 1966, sendo sucedida pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que recebeu os encargos de gestão do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, foi extinta em 2001 e sucedida pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), e recriada como SUDAM novamente em 2007;

f) Em 1967, a Superintendência da Zona Franca de Manaus encarregada, inicialmente, da administração de concessões de incentivos fiscais para a produção na Zona Franca de Manaus (ZFM), teve sua abrangência estendida, em 1968, para toda a área da Amazônia Ocidental (AO) e, na década de 1990, para as Áreas de Livre Comércio (ALCs).

3) No Sul, Centro-Oeste e na Região de Fronteira:

a) Em 1961, a Superintendência do Plano de Valorização da Região de Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), em 1967 transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Sul (Sudesul) e extinta em 1990, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados para recriação;

b) Em 1961, a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Codeco), que em 1967 passou a ser a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), foi extinta em 1990 e recriada em 2009, mas tendo sido regulamentada somente em 2011.

Durante o século XX ocorreu uma expressiva concentração espacial de população e de riqueza material em uma restrita porção territorial, basicamente no litoral e no Centro-Sul, dado o processo de crescimento histórico-geográfico

desigual fez com que o Brasil constituísse uma miríade de instituições que foram estruturadas para fazer frente a elevado grau de desigualdades regionais. Entretanto, *“essa institucionalidade foi sendo desconstruída na virada do século passado e início do atual, malgrado a continuidade ou mesmo recrudescimento do processo de desenvolvimento desigual. No início do século XXI se retomou a preocupação com as desigualdades e necessidade de políticas regionais no Brasil”* (Brandão, 2013).

Segundo Diniz (2009), *“o Brasil foi pioneiro na busca de instrumentos e ações para alavancar o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia”*. Entretanto, as mudanças ocorridas na concepção do papel do Estado no período do “Neoliberalismo”, as críticas às instituições e a alegada existência de corrupção, *“levaram ao esvaziamento e extinção da maioria delas”*. Na Amazônia as instituições criadas na segunda metade do século XX que se mantiveram sem descontinuidade desde sua criação foram: o INPA, o BASA e a Suframa.

Assim, a influência do pensamento, da visão e das ações conduzidas por Celso Furtado perduram até os dias atuais, posto que no caso do Nordeste concluía que a única solução para o subdesenvolvimento daquela região seria por meio da industrialização (Diniz, 2009), buscada pela atuação da Sudene. Quanto a Amazônia, a



estratégia de uso do modelo de industrialização por substituição é patente na Zona Franca de Manaus, que impulsionou, em vários aspectos, a renda média da população local, alinhada à criação de centros endógenos de decisão e industrialização previstos no diagnóstico da CEPAL.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos. Transversalidade, Multiescalaridade e os Desafios da Legitimação das Políticas Regionais no Brasil. In Política e Planejamento Regional: uma coletânea. Ministério da Integração Nacional, Brasília, 2013.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Revista Nova Economia, vol. 19, nº 02, Belo Horizonte, maio-setembro/2009.

GARCIA, Etelvina. Modelo de desenvolvimento: Zona Franca de Manaus: história, conquistas e desafios. 2ª Edição, Manaus, 2004.

MAGALHÃES, Rodrigo C. S.. Desenvolvimento, Ciência e Política: O Caso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (1946-1951). Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

MAHAR, D. J. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. IPEA/INPES (Relatório de Pesquisa nº 39). Rio de Janeiro, 1978.

TAVARES, Hermes Magalhães. Estratégias de Desenvolvimento Regional: abordagens em tempo e espaços diferentes. In Política e Planejamento Regional: uma coletânea. Ministério da Integração Nacional, Brasília, 2013.

A responsabilidade do economista na construção do desenvolvimento:

o que nos ensinou Celso Furtado



Cristina Fróes de Borja Reis

Professora dos Bacharelados em Ciências e Humanidades, Ciências Econômicas e Relações Internacionais; e do Programa de Pós Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ.



Fernanda Graziella Cardoso

Professora dos Bacharelados em Ciências e Humanidades e Ciências Econômicas; e do Programa de Pós Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. Doutora em Economia do Desenvolvimento pela USP.

“Em outras palavras, só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com “crescimento econômico”, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente. É só quando prevalecem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento” (Celso Furtado, O verdadeiro desenvolvimento, 2004, p. 108).



O mês do economista e a celebração do aniversário de 100 anos do inigualável pensador e professor Celso Furtado nos faz refletir sobre a missão da nossa profissão para o Brasil e para o mundo, sobretudo neste momento em que enfrentamos uma terrível crise humanitária que vai gerar transformações de grande impacto – e, mais uma, vez expõe a amplitude, a profundidade, a gravidade e a injustiça das abissais desigualdades sociais. Desigualdade de renda, de riqueza, de poder, de oportunidades, de gozo dos direitos fundamentais, de liberdades. Desigualdades geográficas (entre regiões, países, localidades), funcionais, pessoais. Dentre estas, uma miríade de desigualdades interseccionais, como as de raça, gênero e classe.

Para se compreender e combater desigualdades, Furtado nos ofereceu a riqueza do método histórico-estrutural, por natureza, aberto e dinâmico, capaz de se adequar aos problemas que o tempo apresenta e de interpretar o evoluir dos ciclos e tendências econômicos). Conforme suas palavras, o desafio metodológico implicado pela complexidade requerida à teoria do desenvolvimento era “aproximar a História (visão global) da análise econômica; extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (Furtado, 1985, p. 205). Esse método, desenvolvido conjuntamente com outros pensadores do estruturalismo Latino-americano, perpassa a sua vasta obra edificada ao longo de 60 anos, mas não a aprisiona no tempo; novos predicados e variáveis são adicionadas à reflexão – questões sociais, ambientais, culturais, políticas – evidenciando o caráter interdisciplinar do tema desenvolvimento.

Mesmo que o desenvolvimento de cada economia tenha uma dimensão histórica particular, para Furtado, o trabalho do economista não deve se limitar à descrição de casos históricos. Através de um instrumental analítico adequado, que contemple abstração e capacidade explicativa (Furtado, 1967), deve-se formular as questões

corretas para interpretar e apresentar soluções para os problemas do subdesenvolvimento relacionados à incompletude da matriz produtiva e às desigualdades. Da perspectiva do estruturalismo latino-americano, as instituições (fatores não econômicos) e a estrutura produtiva herdadas de sua formação histórica condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram relações de classe produtivas, alocativas e distributivas idiossincráticas. Sua interpretação requer, por isso, uma abordagem teórica própria, para a qual Furtado contribuiu brilhantemente com sua teoria do subdesenvolvimento.

Para Furtado, o subdesenvolvimento não se constitui como uma etapa do desenvolvimento. São fenômenos organicamente interligados, resultado da maneira como se propagaram os efeitos da Revolução Industrial (Furtado, 1967). No sistema capitalista internacional, em que um reduzido grupo de países centrais cria, propaga e impõe as novas tecnologias que determinam os padrões de produção e consumo mundiais, os países periféricos desempenharam, historicamente, papel passivo e dependente. Seja porque simplesmente acessavam (limitadamente) o progresso tecnológico por meio de importações, ou porque, mesmo com a industrialização observada especialmente no pós Segunda Guerra, cresceram assimilando tecnologias desenvolvidas para contextos com dotação de fatores bastante diversa. Como resultado, observou-se uma tendência ao subemprego estrutural de fatores, notadamente do trabalho, e do recrudescimento da condição prévia de heterogeneidade estrutural e de desigualdade social.

“

O subdesenvolvimento não se constitui como uma etapa do desenvolvimento

”



O progresso tecnológico, no contexto da periferia, aparece como resultado, e não como motor do processo de transformação (Furtado, 1967). Adicionado o fator cultural, ressaltando-se o mimetismo dos padrões de consumo dos países centrais – acessível a restritas camadas de renda – configura-se a armadilha do subdesenvolvimento (Furtado, 1992), na qual permanecemos ainda aprisionados. Por isso, o desenvolvimento passou a confundir-se com a modernização dos estilos de vida (Furtado, 1967).

Combinada à dependência tecnológica, o mimetismo cultural aprofundava o aprisionamento não somente da transformação das forças produtivas do país – e da sua capacidade de geração de excedente –, mas da própria construção da nação. Imbuído de forte carga emocional desde a revolução francesa ao final do século XVIII, o conceito idealizado de nação entende-a como o povo vivendo socialmente em busca de fraternidade, liberdade, igualdade e justiça em um território (Nogueira da Costa, 2014).

Na passagem para o século XX, Max Weber, uma das importantes influências na formação de Furtado, afirma que o entendimento da nação passa necessariamente pelo Estado, para o qual lhe é dado pela comunidade política o monopólio legítimo do uso da força física dentro do território, bem como a capacidade de fortalecer uma “identidade

pressuposta” entre seus cidadãos (Vieira, 2010), com um comportamento conjunto balizado pelo direito, pela cultura, pela história, idioma, patrimônios e tudo aquilo que forma a memória coletiva da identidade intergeracional nacional. A nação seria, portanto, uma forma de ação social.

Para que o economista contribua para o ideal de construção de nação, deve saber interpretar adequadamente a realidade (fazendo, para isso, um esforço de criatividade analítica e teórica) e agir para transformá-la (Furtado, 2002), tendo como objetivo impactar positivamente a maneira como as pessoas desfrutam suas vidas em sociedade.

Afinal, como Furtado nos convidou a refletir, a construção da nação seria constantemente interditada enquanto não se enfrentassem e reduzissem as assimetrias de poder e riqueza que causam e são reforçados pela armadilha do subdesenvolvimento. A superação da referida armadilha só seria possível por meio de um plano de desenvolvimento de Estado, amparado por uma coalizão social, que englobasse mudanças estruturais e institucionais, econômicas e sociais, incluindo a distribuição patrimonial mais justa e a mudança na correlação de forças políticas.

Ademais, o Estado democrático precisaria avançar com investimentos e reformas estratégicos que realizassem a modernização agrícola profunda (que revolucionasse a produção de subsistência, diminuindo as diferenças de produtividade e padrão de renda em relação ao agronegócio exportador, elevando o padrão de vida no campo), reduzisse a dependência de capital, de tecnologia e de padrões culturais de uma nação periférica. Ou seja, para este grande economista, o enfrentamento das desigualdades, com emancipação popular, se fazia uma condição necessária e constitutiva para um país ser verdadeiramente soberano e desenvolvido.

Embora seu sonho nunca tenha se realizado, tendo em diversos momentos parecido impossível, Furtado jamais perdeu sua esperança. Apostava



“o desenvolvimento passou a confundir-se com a modernização dos estilos de vida”

sempre nas novas gerações de economistas, a quem sempre se dirigia, querendo compartilhar a responsabilidade pela viabilização da nação. Por isso, inspira os economistas a continuarem pensando para transformar um país tão cheio de potencialidades, mas ainda aprisionado. A ciência pode levar à conformação ou à transformação do sistema de dominação social (Furtado, 2002). Para que a ciência econômica seja transformadora das estruturas sociais e, em especial, contribua para a construção de um ideal popular e democrático de nação, precisa constantemente de novos olhares, ousadia teórica, rompimento de fronteiras analíticas limitadoras, que não podem prescindir da interdisciplinaridade, da pluralidade, da diversidade de fenômenos observados, bem como dos observadores.

Esses choques epistemológicos nos parecem essenciais para a construção de uma agenda para o desenvolvimento sustentável do Brasil e da América Latina que reavalie as desigualdades seculares e esteja preparada para enfrentar as desigualdades em sua diversidade de intersecções (Cardoso & Reis, 2020) no mundo pós-pandêmico. Entendemos que o mecanismo fundamental dessa ação transformadora seria eliminar o problema das heterogeneidades estruturais do mundo do trabalho (inspirada pelo estruturalismo de Furtado e em

alusão a Kalecki, 1968) em três níveis, referindo-se aos diferenciais de produtividade e remuneração: entre setores de atividades econômicas; entre profissões de cada setor de atividade econômica; entre os trabalhadores de cada profissão de cada setor. Neste último nível se observam mais nitidamente as desigualdades raciais e de gênero, bem como seus desdobramentos em violências como a misoginia, o machismo e o racismo (Reis; Maciel; Cardoso, 2019).

Finalmente, como ensinou Furtado, se a missão de um(a) economista é transformar, acreditamos que a regulamentação da nossa profissão de economista deva evoluir. Como está claro no Decreto 31794/52, art. 3º- esta atividade profissional exercita-se “em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico” (Brasil, 1952). Mas o aumento ou a conservação do rendimento econômico não significam necessariamente desenvolvimento, nem tampouco melhor distribuição. Como explicamos, o simples crescimento não é condição necessária nem suficiente para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade mais próspera e justa, na direção do nosso próprio ideal constitucional de nação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto no 31.794, de 17 de novembro de 1952. Rio de Janeiro: Presidência da República do Brasil.

CARDOSO, F. G.; REIS, C.F. B. Retomando o Estruturalismo para interpretar a desigual América Latina no século XXI. *Brazilian Keynesian Review*, 5(2), 324-341, 2020.

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, ([1967]1983).

FURTADO, C. A Fantasia Organizada, São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, C. Brasil - a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. "A responsabilidade do economista" em Em Busca de um Novo Modelo – Reflexões sobre a crise contemporânea, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, C. "O verdadeiro desenvolvimento" em Furtado, R. F. (org.), Essencial Celso Furtado, São Paulo: Companhia das Letras, ([2004] 2013).

KALECKI, M. "A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas" em Kalecki. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Miglioli, J. (org.), Fernandes, F. (coord.), Editora Ática, ([1968] 1980).

NOGUEIRA DA COSTA, F. Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade como Metas Coletivas. Blog Cidadania & Cultura, 27 janeiro 2014.

REIS, C. F. B.; MACIEL, R. O.; CARDOSO, F. G. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas no século XXI: uma perspectiva feminista. XXIV Encontro Nacional de Economia Política, Vitória, 2019.

VIEIRA, W. A construção da nação no pensamento de Celso Furtado. Tese de Doutorado

O desenvolvimentismo de Celso Furtado na atual disputa política

Celso Furtado está entre os maiores economistas, para muitos o maior, da história do pensamento econômico brasileiro. Conhecido de todos que foram alunos da disciplina Formação Econômica do Brasil, pelo livro que deu nome à disciplina, Furtado foi muito além, cabendo, com todo merecimento, a identificação de maior economista desenvolvimentista do país. Passadas algumas décadas, vale investigar se seu desenvolvimentismo permanece relevante. Neste artigo, exploraremos essa relevância buscando situar a abordagem na atual disputa política.

O desenvolvimentismo pode ser entendido como a busca do desenvolvimento por meio da ação ativa do Estado. Por isso, a última onda neoliberal, que inundou o mundo no final do século passado,

até com versão para exportação para os países emergentes, o Consenso de Washington, deixou essa proposta desprestigiada.

O neoliberalismo não é uma doutrina contrária ao desenvolvimento, mas à atuação do Estado para alcançá-lo. Não acreditam que possa funcionar, pois se apegam a um modelo de comportamento dos agentes econômicos que seria uma simplificação tosca. Oriundo das abordagens da Economia Clássica, podia ser representativo nas condições da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, mas já no início do século XX foi fortemente contestado por Keynes e mesmo assim mantido na chamada Economia Neoclássica até hoje. Trata-se de modelo em que os agentes tomam as decisões para maximizar o bem-estar individual, que, em



Fernando de Aquino

*Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB)
e Conselheiro Coordenador da Comissão de Política
Econômica do Cofecon*

Foto: divulgação Portal Disparada

.regra, se restringe a aumentar a própria riqueza

Nessa perspectiva, motivações como ideais ou deveres não irão predominar. Políticos e gestores públicos irão se desviar dos interesses dos cidadãos para buscar riqueza pessoal e progresso na carreira. Eles seriam os agentes desse principal, em geral pouco operante, num contexto que se supõe uma democracia liberal, em que elegem os políticos por um mandato de vários anos e os monitoram muito pouco. Assim, políticos e gestores públicos, monitorados por outros agentes também públicos e não proprietários dos recursos, só irão agir de acordo com os interesses dos cidadãos no mínimo exigido pelas instituições e nada no setor público funcionaria sem grandes desvios e desperdícios.

Essa total descrença na atuação favorável do Estado não priva o neoliberalismo de ter a própria utopia, baseada no livre mercado. Os economistas dessa linha, adotando pressupostos reconhecidamente irreais, demonstram que o livre mercado propiciará a produção máxima com os fatores de produção disponíveis, assegurando liberdade e justiça individual pelo emprego, de trabalho e capital, para os que desejarem e remuneração pelo valor que produzirem.

A persistente estagnação e o crescente aumento das desigualdades foram desgastando o neoliberalismo, que chegou a ser o principal acusado

pela grave crise financeira de 2008, com sua pregação de desregulamentação dos mercados, inclusive o financeiro. Nessas circunstâncias, autores já arquivados na história do pensamento econômico, como Keynes, e nunca bem acolhidos no mainstream, como Minsky, foram revisitados. Projetos de organização socioeconômica envolvendo o Estado de modo mais ativo voltaram a se fortalecer. Mesmo podendo ser rotulados de social-democratas, importa perceber diferenças em função da procedência.

Alguns defensores do mercado passaram a se preocupar mais com os efeitos das chamadas “dotações iniciais” – recursos não constituídos pelo próprio agente, mas recebidos de outros – e das “falhas do mercado” – benefícios e custos à margem dos mercados competitivos, poder de monopólio, mercados incompletos – identificando a necessidade de várias ações do Estado. Então, instituem uma certa “social-democracia liberal”, ao passarem a apoiar políticas como regulação em vários mercados e atividades econômicas, instituições financeiras públicas, gastos públicos em educação, previdência, ciência e tecnologia. Para essa proposta, o protagonismo continua sendo do mercado, assim como é adotado o modelo neoclássico de comportamento dos agentes, tanto que só admitem políticas públicas horizontais, aquelas oportunizadas a todos os elegíveis de forma impessoal.



"A persistente estagnação e o crescente aumento das desigualdades foram desgastando o neoliberalismo"

Nesse contexto, a “social-democracia tradicional” volta a ganhar espaço. Essa versão evoluiu de uma vertente do movimento socialista que defendia a via democrática. No século XX, com marcada influência de economistas como Keynes e Galbraith, a proposta passa a admitir a possibilidade de promover justiça social sem a necessidade de extinção da propriedade privada dos meios de produção. Contudo, é mantido o primado da política, sendo o mercado um fator que contribuiria para racionalizar e alocar os fatores de produção. Uma possibilidade de superação dos efeitos adversos desse comando privado dos recursos escassos, sem abrir mão das liberdades propiciada por instituições democráticas, seria uma distribuição gradual do capital, decorrente da acumulação de rendas mais igualitárias e de aumentos de produtividade.

Entre esses dois polos podemos situar os projetos desenvolvimentistas vigentes. Temos uma versão modernizada, ligada à social-democracia liberal. Trata-se de abordagem que agrega todos os setores, herdada da macroeconomia instituída pela síntese neoclássica e mantida mesmo com a inclusão de fundamentos microeconômicos. Terminam com utilidade limitada para a formulação de políticas de desenvolvimento em países de grande heterogeneidade estrutural.

Dentro desse desenvolvimentismo modernizado, o novo desenvolvimentismo propõe a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva como uma panaceia a assegurar o desenvolvimento. Nada garante que apenas um maior retorno, em moeda nacional, dos produtos exportados e dos substitutos dos importados vá levar à expansão generalizada da produção, produtividade, investimentos, salários. A divisão internacional da produção, com as respectivas intensidades tecnológicas, pode ser uma barreira suficiente para segurar essas transformações.

Outros enfatizam a formação de capacidades de produzir bens e serviços mais complexos

O argumento viria de grandes bancos de dados, longas séries de países e produtos que mostram forte correlação entre complexidade produtiva e indicadores sociais. Em que pese as dificuldades operacionais e de integração às cadeias globais de valor com produtos de maior complexidade produtiva, aqui também nada garantiria que esses setores de ponta fossem promover a emergência dos demais. Seria muito possível, entre nós, a ocorrência de uma “indianização” da economia, com ilhas de excelência em um mar de miséria.

Em ambas as propostas dessa versão modernizada, os setores mais vulneráveis, econômicos e sociais, estão incorporados na agregação da abordagem, por isso não são tratados do modo específico, indo a reboque com todos os demais setores. O desenvolvimentismo furtadiano, por sua vez, vem de abordagem estruturalista, que procura construir uma estrutura da economia para análise e proposição de políticas mais adequadas às especificidades de cada setor.

A versão furtadiana estaria ligada à social-democracia tradicional, não vendo no mercado algo intocável, fonte de virtudes e racionalidade. O mercado promoveria vários benefícios valiosos na sociedade, porém seria mais uma instituição, ao lado de outras, a contribuir para melhorar a vida das pessoas. A abordagem furtadiana não interditaria qualquer política vertical, por exemplo, aquela negociada diretamente com agentes identificados como mais apropriados, apenas pelos seus maiores riscos de desvirtuamento. Ações decisivas para o desenvolvimento de várias nações, que se mantém muito comuns em países asiáticos, envolveram políticas verticais.

A escalada das desigualdades favoreceu a estudos como os do economista francês Thomas Piketty. Em seu prestigiado livro *O Capital no século XXI* (2013), ele demonstra, com fatos históricos e dados empíricos, a persistente geração de desigualdade de renda pela taxa de retorno da propriedade dos

meios de produção se manter acima da taxa de crescimento da economia, em horizontes temporais longos. Não se conseguiu refutar, de modo objetivo, essa

relação, fonte permanente de concentração de renda, riqueza, poder, oportunidades.

Muitos consideram essas consequências injustas, desumanas, o que levou a várias experiências de eliminação de sua causa, o comando privado dos recursos escassos, destacando-se a da URSS, China, Leste Europeu, Coreia do Norte, Cuba. Os resultados foram avaliados, predominantemente, como mais negativos que positivos, mas os comunistas são precisamente os que avaliam que valeu a pena essas experiências ou que com os devidos ajustes seria a melhor alternativa.

Contudo, muitos preferem que nada seja feito contra esses processos concentradores, sejam conservadores, por medo de perdas individuais, materiais, de pessoas ou de modo de vida; ou niilistas, por não se importar com desventuras dos outros. A legitimação seria por fatalismo – vontade de Deus ou como uma “lei da natureza” que sempre foi e será – ou por meritocracia – que beneficiaria os mais hábeis e dedicados, desprezando o fato de que o peso muito maior é das “dotações iniciais”, renda e influência dos pais e outros beneméritos

Interessante é que essa conta, à primeira vista, parece não fechar. No Brasil, por exemplo, podemos assumir que, pelo menos, 80% são oprimidos e explorados, em maior ou menor grau, mas menos de 50% se insurgem contra essa situação. Entretanto, a conta fecha quando se considera que parte dos desfavorecidos apoiam a situação por medo de supostas perdas ou por não se motivar com redução de desigualdade. Preferem manter tudo como está e tentar mudar de lado, passando a ser

“**Seria muito possível, entre nós, a ocorrência de uma “indianização” da economia, com ilhas de excelência em um mar de miséria.**”

opressor e explorador.

Enfim, os principais polos da disputa política atual, no país, seriam os sociais-democratas, que carregam propostas desenvolvimentistas, e os

conservadores-niilistas. O projeto neoliberal resiste, em particular entre os mais envolvidos no mercado financeiro, onde privatizações e desregulamentações geram oportunidades de grandes “tacadas” e arbitragens. Os comunistas, humanistas motivados por justiça social, se alinham aos sociais-democratas como estratégia de avançar nessas pautas. Ainda assim, mantêm objetivos inconciliáveis, oriundos de teorias que colocam a propriedade privada dos meios de produção como uma condição sempre incompatível com a justiça social, desprezando experiências altamente favoráveis, em vários países europeus.

Portanto, fica evidenciada a relevância da abordagem desenvolvimentista no estilo de Celso Furtado, pela maior facilidade em formular políticas específicas para setores estruturalmente heterogêneos. Também por não estar submetida a rígidos princípios de soberania do mercado, podendo dispensar-lhe o devido tratamento, como um dos meios de se alcançar maior justiça social e elevar a qualidade de vida de todos.



Quatro pílulas & um desfecho,

sobre o centenário de Celso Furtado



Felipe de Holanda

Professor do DECON/UFMA; Pesquisador do GAEPP/UFMA. Ex-presidente do CORECON MA(2014) e ex-conselheiro federal do COFECON (2016-1).



Foto: divulgação Revista Veja

I. À guisa de introdução: “o tal do lugar de fala”

Fiquei alguns dias meio tenso, pensando o que poderia, talvez, acrescentar à Revista Economistas sobre a vida, obra e legado do grande economista, gestor público, planejador, e um dos mais destacados pensadores do Brasil, Celso Furtado. Tanta coisa nova e boa aprendi, recentemente, sobre o paraibano elegante que interpretou e contribuiu para transformar o Brasil, que fiquei achando que não teria o que escrever. Mas, para construir este artigo, eu precisava encontrar um ângulo original, digamos assim, “um lugar de fala”.

Celso Furtado é uma referência que esteve sempre presente em minha vida, pra começar, como filho de ex-funcionária da Sudene, como estudante e professor de economia, como intelectual nordestino. Durante a pandemia, emendei dois cursos de graduação, na Universidade Federal do Maranhão, que trouxeram leituras e reflexões sobre a obra de Celso Furtado. O primeiro, que iniciou presencial e, na 3ª aula migrou para on line, Formação Econômica do Brasil (FEB), que teve o best seller homônimo do Mestre como personagem principal.

Decidi fazer uma narrativa em primeira pessoa, contando como a obra (e o exemplo) deste grande pensador, influenciaram (e influenciam), minha formação intelectual e acadêmica, assim como a minha trajetória profissional.

Puxei da memória para lembrar quando ouvi o nome de Celso Furtado a primeira vez. Que me lembre, tinha por volta de 5 ou 6 anos, no final da primeira metade da década de 1970, quando meu pai Jarbas ainda enfrentava problemas com o regime militar e passava a maior parte do tempo na clandestinidade, longe de nossas vistas. Quando sobreveio o golpe, em 1º de abril de 1964, ele era um jovem vereador na cidade do Recife, membro do Partido Comunista Brasileiro, líder da bancada de esquerda na Gestão do socialista Pelópidas Silveira, na Prefeitura de Recife. E foi o único edil que se opôs

à cassação do Prefeito, com discurso de protesto, fuga rocambolesca e tudo mais. Por esta atitude, e por sua continuada militância a favor da frente ampla democrática, meu pai enfrentaria três prisões e tortura.

A coisa não parou aí: minha mãe, Enir, geógrafa e planejadora, que era concursada da Sudene (1963), foi demitida, na esteira da perseguição política ao meu pai. Nossa família teve de se mudar do Recife. Foram 10 anos de clandestinidade do meu pai. Mamãe, segurando as pontas em São Paulo, capital, na base da consultoria, chá, café, bacia de água fria, para sustentar a família, e ainda financiar parte das custas da defesa jurídica de meu pai.

Nestes anos de chumbo, o nome de Celso Furtado era referenciado como uma grande intelectual e homem público, que tinha ousado pensar um país mais justo, um Nordeste sem fome crônica, mortalidade infantil elevada, sem violência política, etc. Havia um lado triste: seu exílio, assim como de outros destacados intelectuais e políticos cujas vidas foram atropeladas pelo arbítrio, eram os sinais mais evidentes do nosso degrado em nosso próprio país.

O lado luminoso era a brilhante carreira internacional de Celso Furtado e suas contundentes críticas aos abusos e malogros da política econômica do Regime, que ajudavam a sustentar, ainda que por vezes de forma frágil (diante das circunstâncias), a crença em dias melhores, de retorno à liberdade política e à ação planejada, do Governo, na busca de soluções para o subdesenvolvimento, a pobreza, a miséria, a violência política.



II. A fantasia Organizada

Filho de ilustre juiz de comarca interiorana, o menino Celso, sagaz e receptivo, encontrou, na bem provida biblioteca familiar, desde muito cedo, solo fértil para sua formação intelectual, assim como crescente consciência do drama social do semiárido nordestino, agudizado, periodicamente, pela seca, e piorado pelo clientelismo, pela corrupção e pela violência política.

Tanto quanto ao menino Celso, em Pombal, no interior da Paraíba, cidade encravada no coração do semiárido nordestino, nas décadas de 1920 e 1930, impressionava-me, nas décadas de 70 e 80, a miséria extrema que observava, todo ano, quando passava férias no sul do Piauí, ou em Recife e Olinda.

Celso Furtado formou-se advogado, em 1944, pela prestigiosa Universidade do Rio de Janeiro, mas desde meados do curso que já voava alto em leituras econômicas, absorvendo os impactos iniciais da chamada revolução keynesiana, especialmente no que se relaciona ao tema do planejamento econômico. Aqui, leituras anteriores bem solidificadas da obra de Karl Manheim, sobre o planejamento democrático, foram importantes para posicioná-lo não apenas como habilitado técnico do planejamento, mas como homem público.

Durante o 1º ano de faculdade, li o 1º volume da sua autobiografia, denominado “Fantasia Organizada”, recém-lançado naquele momento. O relato teve um impacto grande em mim, despertando a curiosidade pela história econômica da América Latina, e pelos instrumentos de planejamento e investimento governamentais, como ferramentas para viabilizar o desenvolvimento econômico, ou, pelo menos, viabilizar a superação do subdesenvolvimento.

Na graduação em ciências econômicas na FEA-USP (1985-1990), fui aluno de Dante Mendhes Aldrighi, na disciplina de Formação Econômica do Brasil (não lembro se era este mesmo o nome da disciplina), e foi então que lemos, a maioria de

nós, pela primeira vez, o livro homônimo de Celso Furtado, sob a orientação criteriosa do Professor Dante. Lembro-me que o impacto foi grande, para muitos de nós que, depois de poucas semanas de curso, nos divertíamos usando a expressão “sem embargo”, com a qual o Mestre iniciava alguns de seus parágrafos mais interessantes.

Na FEA-USP, tive a oportunidade de assistir também ao curso eletivo de Economia da América Latina, ministrado, de forma brilhante, por Ruy de Britto Affonso, que foi meu orientador na monografia e também no estágio junto ao grupo de Conjuntura Econômica do CEBRAP, que fora formado para assessorar o então Secretário de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, José Serra, conhecido discípulo de Furtado. Iniciei, em meados de 1989, a prática do acompanhamento e análise de conjuntura econômica com este grupo de elite, que abrigava à época, entre outros, Ruy Affonso, Gesner Oliveira, Plínio Sampaio Jr. e Antônio Kandir.

Porém, foi no curso de Ciências Sociais (1986-91), realizado em paralelo ao de Ciências Econômicas, na USP, que tive contato com dois mestres que muito contribuíram para ampliar o interesse e pela obra e pela vida de Celso Furtado. Com o saudoso Professor Francisco de Oliveira, que, como todos sabem, desempenhou papel fundamental, na estruturação da Sudene, e que nos brindou com um curso Chamado “Estrutura de Classes e Estratificação Social”, no qual se propôs a analisar, de forma comparativa, o funcionalismo, o marxismo (materialismo dialético) e o compreensivismo (webernianismo). Um curso inesquecível, dado por um Mestre inesquecível, que avançou muitas ideias e ferramentas para pensar (e empregar) o estruturalismo cepalino.

O Professor Regis Andrade (também outro craquesaudoso), por outro lado, que lecionou “Grandes Correntes e Tendências da História Política Mundial, havia feito sua tese de doutorado sobre a CEPAL e me descortinou um mundo de indagações tão fértil, que reforçou o desejo de prestar o mestrado na UNICAMP.

III. A fantasia desfeita

A crise da dívida externa do início da década de 1980 foi deflagrada com a moratória mexicana, que se seguiu à absurda elevação da taxa de juros básica norte-americana (Prime-Rate), para próximo a 20% ao ano. O impacto da media foi desastroso sobre o balanço de pagamentos de países “em desenvolvimento”, cujos governos haviam se superendividado a taxas flutuantes de juros (em conluio com bancos internacionalizados, operando em ambientes crescentemente desregulamentados) nas duas décadas anteriores, para bancar projetos de infraestrutura e industrialização nos anos que se seguiram à recessão global trazida pelo 1ºchoque do Petróleo. O Brasil foi atropelado pelo encarecimento e, depois, fechamento do mercado internacional voluntário de capitais. A crise do Balanço de pagamentos levou a uma drástica desvalorização cambial, que teve impacto fortemente acelerador, sobre a inflação.

Particularmente chocante, recorde-me, foi o ano de 1983, marcado por profunda recessão, sobre a qual incidiu no Nordeste uma seca de graves proporções. Protestos, saques de supermercado, ocorriam nas maiores cidades do país, mas no Nordeste, além disto, destacavam-se no noticiário mundial reportagens dramáticas sobre desnutrição infantil aguda.

Furtado lançou, em 1983, o livro “Não à recessão e ao desemprego”, no qual denunciava o caráter antinacional do ajuste recessivo darwinista, do triênio 1980-82, sob o comando do então superministro do Planejamento, Delfim Netto. Sem dúvidas, um libelo contra a política econômica corrente, de total subordinação aos interesses financeiros internacionais, que estava rompendo a espinha dorsal que sustentara o processo de industrialização brasileiro, entre os anos 1930 e 1980. Continua ele, em um dos ensaios do livro, que a desastrosa política econômica recessiva em curso,

combinando a explosão do desemprego urbano com a aceleração da inflação (decorrente das violentas desvalorizações cambiais), aprofundando as desigualdades sociais, como condição para viabilizar o ajuste exportador, capaz de transferir vultosos saldos reais ao exterior. Em 1989, Furtado, lançava o segundo volume de sua autobiografia, intitulado “A fantasia desfeita”.



IV. Formação econômica do Brasil: sua excelência o mercado interno

Tive a oportunidade de ministrar, no primeiro semestre deste ano, por meio remoto, a disciplina de graduação Formação Econômica do Brasil – FEB, para os alunos do curso de ciências econômicas da Universidade Federal do Maranhão. O personagem central do Curso foi o livro Formação Econômica do Brasil (1953), o best seller de Celso Furtado, cujo tema principal é o desenvolvimento do mercado interno, de um país que se inicia como colônia de exploração a serviço da expansão do capitalismo comercial europeu, a partir do século XVI.

Para o autor, a situação de dependência da colônia em relação à metrópole portuguesa, assim como a dependência financeira e militar desta, em relação à Inglaterra, somadas aos efeitos trazidos pela quase total falta de circulação monetária na colônia, impediam a diversificação

econômica, o aumento da produtividade, o avanço das manufaturas (de resto, proibido na colônia), levando a jovem colônia a avançar por uma trilha de subdesenvolvimento crônico.

O livro oferece um roteiro seguro para enfrentar vários dos debates clássicos da historiografia econômica brasileira, especialmente, relacionados aos períodos colonial, Império e República Velha. Um dos aspectos que logo se nota, ao avançar na leitura, é a utilização de ferramentas da teoria keynesiana e da contabilidade nacional, para estimar, nas diversas conjunturas históricas e regionais, o “fluxo de renda” monetária e, a partir daí, a avaliação das potencialidades dinâmicas da economia, a partir da capacidade de gerar e circular renda internamente.

São tantas contribuições ali reunidas, que é difícil, ficar apenas em duas: i. a terceira parte, em que Furtado analisa os impactos da economia mineradora, na articulação tardia dos diferentes complexos econômicos do Brasil Colônia, o quê, junto aos interesses ligados à utilização do trabalho escravo de origem africano, forneceram os fundamentos para a manutenção de uma América portuguesa unificada.

Ou ainda, os capítulos “Tendência ao desequilíbrio externo”, “Crise da economia cafeeira” e “Deslocamento do centro dinâmico”, que estabelecem, como causa principal do colapso econômico brasileiro, ocorrido em 1929-1933, o descompasso entre oferta e demanda, com a qual se defrontavam os grandes produtores e exportadores de café, ao longo de toda a República Velha: de um lado uma baixa elasticidade-renda na demanda por café, limitando as possibilidades de acumulação do setor. De outro, a inexistência de campos alternativos (críveis) para inversões que não fossem a formação de novos cafezais, acompanhada das custosas políticas de defesa do café, cada vez mais necessárias.

Além da precisa descrição dos fenômenos históricos, chama atenção a genialidade do autor ao aplicar o esquema centro-periferia cepalino, do qual foi um dos formuladores, dando embasamento

teórico para a compreensão da mudança do “centro dinâmico” da economia brasileira (rumo à industrialização), assim como a tendência endógena a produzir novos estrangulamentos na balança de pagamentos. Importante também reconhecer que Celso Furtado tinha uma visão estruturada da política, vendo a trajetória desequilibrada e anti-industrializante do café, como resultado direto do controle das elites sobre a política econômica do país. Era preciso mudar as estruturas políticas.

V. Desfecho: Celso Furtado, a Pandemia e a aceleração do tempo histórico

As indagações e ensinamentos do Mestre Celso Furtado continuam terrivelmente atuais, para pensarmos o Brasil atual. Não bastasse o desastre na comunicação social, a pandemia do novo Coronavírus já encontrou as periferias do Brasil empobrecidas, com ampla parcela dos moradores habitando aglomerados subnormais e registrados em uma ou mais das múltiplas categorias de déficit habitacional: falta de acesso a saneamento básico, falta de materiais adequados em paredes e coberturas, e por excesso de moradores.

No plano do médio prazo, desde o abrupto ajuste fiscal e monetário, iniciado após a reeleição de Dilma Rousseff, em outubro de 2014, e aprofundado nos governos Temer e Bolsonaro, que se observa a crescente desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, especialmente no Nordeste, onde se acelerou a precarização e o empobrecimento de amplas categorias laborais, especialmente dos autônomos, nos subsetores Serviços Pessoais, Comércio e Construção Civil, que compõem uma parte muito expressiva da população ocupada na Região.

Nesse universo de milhões de trabalhadoras e trabalhadores de baixa produtividade, que dependem de economias de aglomeração, muitos

receberam o auxílio financeiro do governo federal, mas a sobrevivência no futuro dependerá do perfil dos investimentos na região e da ampliação da potência da política social, sendo limitadas as chances de que apenas programas distributivos deem conta dos desafios impostos pelas crises econômica e sanitária recentes.

A professora Tânia Bacelar apontou que houve um processo de transformação importante na estrutura social nordestina nas últimas décadas, tendo como um de seus aspectos mais interessantes a interiorização da Universidade e dos estabelecimentos de ensino médio públicos, tanto federais, quanto estaduais. Este fenômeno é uma das principais causas, segundo ela, da emergência das chamadas cidades médias (acima de 200 mil habitantes) na Região.

Hoje, nos mesmos moldes da construção da Sudene original, avança-se em articulações interfederativas, como por exemplo o Consórcio do Nordeste e o Projeto Mandacaru (liderado pelo cientista Miguel Nicolelis), que vêm desempenhando um papel diferenciado na promoção de políticas de combate ao novo Coronavírus. Tenho a satisfação de participar de uma rede de universidades da Região, estimulada pelo Projeto Mandacaru.

Vivemos uma aceleração do tempo histórico: no curtíssimo prazo, a prioridade é continuar com as estratégias de isolamento social e com a capilarização de recursos para o combate à epidemia. Há também a necessidade de evitar o aprofundamento da destruição de empregos e de empresas. Em uma perspectiva de curto e médio prazos, há a questão da reconversão produtiva, para uma economia mais intensiva em saúde, educação, ciência, tecnologia, arte, cultura e entretenimento, turismo, economia criativa em geral. Coloca-se novamente, de maneira estratégica a necessidade de se construir um plano de desenvolvimento territorial para o Nordeste e também para o Brasil.

Celso Furtado foi um homem comprometido

com sua gente, com seu lugar de nascimento; um economista político (em oposição a tecnocrata), comprometido com a transformação das instituições de seu tempo; Um gestor público de grande capacidade; um intelectual reconhecido em seu tempo, como grande pelos principais líderes políticos do mundo ocidental. Quem sabe seja o destino das atuais gerações de cientistas sociais hoje na ativa, compreendendo a urgência do momento histórico que vivemos, e utilizando os ensinamentos do mestre, viver para transformar a atual *fantasia desfeita*, em uma nova, inclusiva e contemporânea, *fantasia organizada*?

Referências bibliográficas

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. SP, Editora Nacional, 1967.

_____. Não à recessão e ao desemprego. RJ: Paz E Terra, 1983.

_____. A fantasia organizada. RJ, Paz e Terra, 1985.

_____. A fantasia desfeita. SP, Paz e Terra, 1989.

_____. Formação econômica do Brasil. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

OLIVEIRA, F. "A navegação Venturosa" in OLIVEIRA, F. (org.), Celso Furtado - Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática: 1983

Publicações documentam o legado de Celso Furtado



Por Rosa Freire d'Aguilar

Jornalista e tradutora. Em mais de trinta anos de atividade, verteu mais de cem títulos nas áreas de literatura e ciências humanas. Além do francês, traduz do espanhol e do italiano. Entre os prêmios que recebeu estão o da União Latina de Tradução Científica e Técnica (2001), o Jabuti (2009), e o Paulo Rónai da Biblioteca Nacional, em 2019.

Foto por Bel Pedrosa.

As edições definitivas

No dia 26 de julho comemorou-se o centenário do nascimento de Celso Furtado. Desde que ele morreu em 2004, aos 84 anos, tenho feito um trabalho editorial para que sua obra - ao menos parte - chegue às novas (e menos novas) gerações: é este o objetivo que me move, o dever de quem recebeu uma valiosa herança intelectual. Nestes dezesseis anos, preparei, editei e publiquei cerca de quinze livros de ou sobre Celso, pela Companhia das Letras e pela Contraponto.

Este ano haveria alguns grandes eventos para celebrar o centenário. A covid-19 decidiu de outra maneira.

Bom momento para fazer um balanço. Começo pelas "edições definitivas". Anos antes de



Foto: divulgação Fpabramo

sua morte, pedi a Celso que relese alguns livros seus e fizesse de cada um o “exemplar master”, devidamente corrigido pelo autor. A partir deles, e recorrendo aos originais deixados em seus acervos, e também preparando notas que julguei necessárias, fiz as “edições definitivas” de cinco livros. São elas que devem servir às edições futuras. Para todas pedi novos prefácios, para algumas escrevi uma apresentação. O projeto gráfico da Companhia contou, para as capas, com os belíssimos trabalhos do grande artista Samson Flexor, que seu filho Dudu Flexor generosamente nos autorizou reproduzir.

Pela Companhia, saíram (alguns à venda em e-books) quatro novas edições: “Formação Econômica do Brasil” (prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo); “Economia latino-americana” (prefácio de Luiz Felipe de Alencastro, apresentação de Rosa Freire d’Aguiar); “Criatividade e dependência” (prefácio de Alfredo Bosi); e “Obra autobiográfica” (prefácio de Francisco Iglesias).

Pela Contraponto, em parceria com o Centro Celso Furtado, editei o grande livro de teoria de

Celso: “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” (apresentação de Rosa Freire d’Aguiar).

As Coletâneas

Paralelamente às edições definitivas, fiz duas coletâneas sobre Celso. A primeira, em 2009, foi “Formação econômica do Brasil - edição comemorativa dos 50 anos” (Companhia das Letras). Foi uma edição muito caprichada, com capa dura de pano azul-marinho, reprodução do belíssimo retrato que o artista Samson Flexor fez de Celso em 1948. Prefácio do historiador Luiz Felipe de Alencastro, e longa apresentação minha contando toda a gênese e as peripécias desse livro que é, sem dúvida, o mais conhecido de Celso. Incluímos também um substancial caderno de fotos (que, aliás, foram fartamente escaneadas por inescrupulosos leitores e hoje circulam pela internet). E reuni um aparato crítico de mais de 200 páginas com os prefácios das dez edições estrangeiras do livro, e muitas resenhas e artigos de economistas e historiadores brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre “Formação Econômica do Brasil”. Entre eles, Nelson Werneck Sodré, Fernando Novais, Francisco Iglesias, Werner Baer, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Frédéric Mauro, Ignacy Sachs, Ruggiero Romano. O livro comemorativo está esgotado.

A segunda coletânea que fiz foi em 2013: “Essencial Celso Furtado”, pela Penguin/Companhia. Aqui me interessou destacar quatro linhas essenciais da obra de Celso: o “pensamento econômico”, claro, o mais importante e com doze textos selecionados; o “pensamento político”, com trabalhos sobre Nordeste, Brasil, federalismo, dialética, globalização, capitalismo; o eixo “cultura, ciência, economistas”, com vários papers de Celso sobre nossa formação cultural, a dimensão cultural do desenvolvimento, o papel e a responsabilidade dos cientistas, o trabalho e a missão dos economistas. Por fim, um capítulo “trajetórias”, com textos inéditos de cunho autobiográfico.

“

Tenho feito um trabalho editorial para que sua obra - ao menos parte - chegue às novas (e menos novas) gerações.

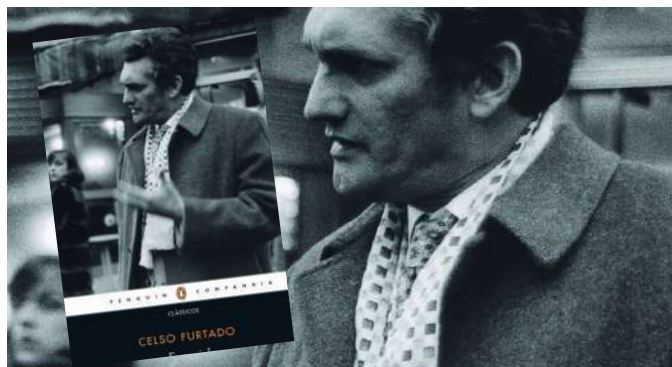
”



Rosa Freire d’Aguiar e Celso Furtado

Foto: Arcevo pessoal
Rosa Freire d’Aguiar

O "Essencial Celso Furtado" tem versão papel e versão e-book (ver no site da Companhia). Sem modéstia, acho que o livro é uma excelente iniciação para quem quer conhecer o pensamento de Celso, tão abrangente e multidisciplinar, e por isso mesmo podendo interessar não só a quem estuda economia mas também ciências políticas, cultura, relações internacionais.



A coleção Arquivos Celso Furtado

A coleção "Arquivos Celso Furtado", que criei, foi coeditada pelo Centro Celso Furtado e pela Contraponto Editora. Um mergulho nos documentos de Celso me deu a certeza de que a transmissão de sua herança intelectual se fazia não só por textos, mas também por contextos. Valia a pena divulgar originais, inéditos, cartas, anotações, entrevistas, fotos. Fiz seis livros para essa coleção, entre 2008 e 2014. Todos temáticos. Para cada um, pedi a um especialista um artigo que situasse a importância dos documentos: seu valor no tempo passado e/ou sua atualidade no tempo presente. Para cada um, fiz uma longa apresentação, a partir, também, de nossas tantas conversas pessoais sobre aqueles arquivos.

A coleção reúne peças raras da trajetória de Celso: suas reportagens de jovem jornalista no Rio de Janeiro dos anos 40; seus textos do tempo vivido na França no pós-guerra; seus quase dez anos como economista-chefe da Cepal; seu trabalho à frente da Sudene até 1964; seus cursos ministrados durante o exílio; seus textos sobre a Cultura. Os seis livros são:

- > Ensaaios sobre a Venezuela: o subdesenvolvimento com abundância de divisas.
- > Economia do desenvolvimento.
- > A saga da Sudene e o Nordeste.
- > O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento.
- > Ensaaios sobre a cultura e o Ministério da Cultura.
- > Anos de formação 1938-1948. O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado.

Os "Diários Intermitentes" e a "Correspondência intelectual"

Termino falando do último livro que fiz sobre ele e do próximo, que está no prelo. O já feito:

-- "Diários intermitentes de Celso Furtado. 1937-2002" (Companhia das letras, 2019 - em papel e e-book). Resgatei integralmente seus diários deixados em quase cinquenta cadernos, em que ele escreve sobre momentos decisivos de sua vida, impressões de viagens, participação na Segunda Guerra, diálogos com intelectuais, políticos com quem conviveu no Brasil e no exterior.

-- "Correspondência intelectual de Celso Furtado"
-- sairá no início do ano que vem pela Companhia. Foram dois anos de trabalho. Li cerca de 15 mil cartas escritas e recebidas por Celso (algumas com 2, 3 páginas... virei cartomante...). Interessaram-me apenas as cartas em que havia uma troca de ideias, um diálogo intelectual com uns 80 interlocutores brasileiros e estrangeiros. Entre eles: Antonio Callado, Antonio Candido, Thiago de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Helio Jaguaribe, João Goulart, Lula, Sarney, Mario Soares, Albert Hirschmann, Raúl Prebisch.

Esses dois livros formam um conjunto inestimável para pesquisadores e todos os que se interessam pela visão de um privilegiado ator e observador da segunda metade do século XX, no Brasil e no mundo.

Furtado e a formação do economista

A edição 2020 do Concurso de Resenhas COFECON/ANGE, voltado para estudantes de graduação em Ciências Econômicas, é dedicada ao livro *Formação Econômica do Brasil*, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e estimular a elaboração de trabalhos voltados para a obra magna do economista Celso Furtado. É também uma forma de comemorarmos o centenário de nascimento desse notável economista, cuja ampla contribuição ao país, como pensador e homem público, merece, sempre, a nossa reverência e a nossa homenagem.

Em sua extensa e fértil produção acadêmica e teórica, bem como em suas práticas profissionais e políticas, Furtado se vale de uma visão histórico-estrutural que lhe permite tratar, de modo claro e competente, dos desafios que emergem da realidade

concreta e complexa, sem abrir mão de considerá-la em suas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Afinal, “a ciência econômica não pode existir fora da percepção do contexto social. Imaginar a economia como uma ciência à parte, quer dizer, como se existisse uma realidade econômica própria, descolada da realidade política, social e cultural, é uma bobagem”¹.

Se é certo que em Furtado sempre encontramos uma inesgotável fonte de ensinamentos, aqui destacamos algumas passagens que bem revelam os princípios norteadores da formação do economista preconizados por ele e igualmente defendidos pela ANGE. Para tanto, recorreremos às palavras do próprio mestre.²

“Para que possa retificar e complementar a

Por José Rubens Damas Garlipp

*Economista, Professor Titular do Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia e
ex-Presidente da ANGE (1995-1999).*

Foto: divulgação ESBrasil

a sua formação e desenvolver-se com base na própria experiência, o economista deve ter uma ideia clara do que é a economia como ciência. Deve saber que toda ciência trabalha com esquemas conceituais, mas elabora e testa esses esquemas com base na observação do mundo objetivo. Desta forma, o fundamental na formação do economista é que nele se haja desenvolvido a aptidão para observar de forma sistemática o mundo objetivo.” [2]

sobre esse princípio, não será difícil estabelecer os critérios de racionalidade, elaborando-se uma ciência econômica suficientemente eficaz para indicar a interdependência de fenômenos passados e presentes e inferir tendências com respeito ao comportamento futuro de variáveis econômicas relevantes.” [1]

“A forma verdadeira de ensinar uma ciência consiste em apresentar os seus quadros conceituais como sistemas de hipóteses, cuja eficácia explicativa



Ao economista, mais do que a outros estudiosos da sociedade, cabe exigir rigorosa definição de princípios. A objetividade, na ciência econômica, é tanto maior quanto mais explícitos estejam os princípios básicos de convivência social que hajam sido postulados e aceitos pelo economista. [1]



“Ao economista, mais do que a outros estudiosos da sociedade, cabe exigir rigorosa definição de princípios. A objetividade, na ciência econômica, é tanto maior quanto mais explícitos estejam os princípios básicos de convivência social que hajam sido postulados e aceitos pelo economista”. [1]

“No estágio em que nos encontramos, de grandes disparidades de graus de desenvolvimento econômico e integração social — para não falar dos antagonismos que prevalecem com respeito aos ideais da convivência social —, seria totalmente errôneo criar na mente do economista uma equívoca ideia de objetividade, emprestada às ciências físicas. Para o economista, objetividade consiste exatamente em compreender que o fenômeno econômico não pode ser captado fora de seu contexto e que para situá-lo nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios. Sempre que seja possível chegar a um acordo

deve ser testada com respeito a uma determinada realidade”. [2]

“A grande dificuldade que enfrenta o estudante de economia em um país subdesenvolvido é que as teorias que lhe são ensinadas são exatamente aquelas que se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural, é fundamentalmente distinto daquele em que ele vive. Essas simplificações do mundo real são muitas vezes ditadas pela mera conveniência do uso de certas técnicas de análises. Não devemos esquecer que quem analisa a realidade adota uma técnica de análise, técnica que preexiste à escolha do objeto analisado. E, uma vez adotada determinada técnica ou método, é comum, em economia, que a própria técnica, emprestada de outra ciência, passe a condicionar a marcha do esforço de teorização”. [2]

“Na formação do economista deve-se dar prioridade ao domínio das técnicas que capacitam

para observar de forma sistemática a realidade econômica. Saber observar metodicamente o mundo real, isto é, saber retirar da realidade, com os meios disponíveis, os elementos necessários à representação da mesma em termos econômicos é mais importante do que um refinado conhecimento dos mais sutis modelos escolásticos. Em segundo lugar, em razão do caráter histórico dos fenômenos econômicos, devemos ter sempre em conta que a validade de uma teoria é muito mais limitada em economia do que em outras disciplinas científicas”. [2]

“Os ideais da convivência social, particularmente em uma sociedade com elevada diferenciação de classes, não podem ser subordinados estreitamente aos critérios do desenvolvimento econômico. O objetivo último de todos nós, que trabalhamos nas ciências sociais, é criar condições para o aperfeiçoamento do homem, harmonicamente desenvolvido. Não se pode

desconhecer que, em um país subdesenvolvido, os aspectos econômicos do desenvolvimento social assumem grande urgência. Não é possível educar o homem sem antes lhe matar a fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro”. [1]

“É tanto maior a responsabilidade dos homens de pensamento quanto mais intenso é o processo de transformação da sociedade em que vivem”. [1]



Foto: divulgação CCBNB

Referências bibliográficas

¹ Em entrevista a Mario Theodoro, publicada em 2008 em número especial da Revista Economia Ensaios dedicado a Celso Furtado, v. 22 (2), Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia; republicada em Celso Furtado: Os combates de um economista. Adroaldo Quintela [et al.]. orgs. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2020.

² Em [1] Excertos de “Da objetividade do economista”, discurso de paraninfo proferido por Celso Furtado na colação de grau dos bacharéis da turma de 1959 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311215480.da_objetividade_do_economista.pdf; e em [2] Excertos de “A formação do economista em país subdesenvolvido”, discurso de paraninfo proferido por Celso Furtado na colação de grau dos bacharéis da turma 1961 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311213180.A_formacao_do_economista_em_pais_subdesenvolvido.pdf.

Mais de 800 estudantes de Ensino Médio participaram do Desafio Quero Ser Economista 2020

Por Natália Kenupp



Neste ano, o Desafio Quero Ser Economista ocorreu em um cenário diferente. Com a pandemia causada pelo novo coronavírus, os estudantes de Ensino Médio tiveram as aulas presenciais suspensas e precisaram adaptar a rotina de estudos em casa, o que inviabilizou as palestras nas escolas, realizadas nos anos anteriores pelos Conselhos Regionais de Economia para divulgação do projeto. Assim, o Cofecon usou o site e as redes sociais para dar publicidade e convidar os estudantes a participar.

A vice-presidente do Cofecon e coordenadora da Comissão de Educação, Denise Kassama Franco do Amaral, ressalta que pela primeira vez o evento ocorreu 100% online e considera o resultado bastante positivo. “Mostrou que o Conselho Federal de Economia consegue se adequar muito bem frente aos cenários que se impõe. O sucesso da atividade se deve ao apoio constante dos conselheiros federais e da dedicada equipe de colaboradores. Estamos felizes por conseguir concluir mais esta edição e esperamos que este projeto cresça a cada ano, cumprindo seu papel de mostrar as mais diferentes áreas de atuação de um economista”, concluiu Denise Kassama.

A quinta edição ocorreu de 04 a 29 de maio deste ano e contou com a participação de 823 jovens. Os três estados com o maior número de inscritos foram São Paulo, com 168; Bahia, com 167; e Ceará, com 81. Entre as cidades, Fortaleza foi a que teve mais participantes. Ao todo, 54 alunos da capital cearense concorreram aos prêmios. Em seguida, Salvador, com 47 alunos; e São Paulo, com 42.

A estudante Lídia Nataly Santos Sousa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), conquistou 1.950 pontos e foi a vencedora da edição. Aluna do terceiro ano do Ensino Médio, já havia participado do projeto no ano passado e se dedicou à competição com foco no prêmio. “Era a minha última chance e resolvi estudar. Foi muito importante para mim porque faço curso técnico em Administração e

muitas questões permeiam a Economia”, disse.

Lídia contou que tem estudado bastante a relação da economia com questões raciais. “É uma das coisas que eu mais estudo atualmente, inclusive em projetos de pesquisa, e tocar nessa variável econômica é sempre muito importante, está sempre vindo à tona”, observou a vencedora da competição.

O segundo lugar ficou com Sarah Emanuelle Duraes Damasceno, da Escola Estadual Cordiolino Souza Santos (MG), com 1730 pontos; e o terceiro com Gabriel Arcanjo de Souza, do Colégio Militar do Recife (PE), com 1700 pontos. Além dos conhecimentos adquiridos durante a competição, os três primeiros colocados receberam prêmio em dinheiro, sendo R\$ 1.500 para o primeiro; R\$ 1.000 para o segundo; e R\$ 500 para o terceiro.



Dinâmica do Desafio

Uma plataforma foi desenvolvida especialmente para o jogo. Durante a primeira parte do Desafio, com duração de três semanas, os participantes acessavam o site desafioquerosereconomista.org.br, de segunda a sexta-feira, para responder às questões apresentadas a cada dia. A página do Desafio no Facebook e o perfil no Instagram serviram de apoio ao jogo durante toda a competição. Por lá foram divulgadas as palavras-chave respectivas a cada #DESAFIO.

Às segundas e quartas, foram postados "Vídeos Interativos", com depoimentos de estudantes e economistas sobre a função do profissional da área e as oportunidades do mercado de trabalho. Esses vídeos foram postados no Facebook e no Instagram e os participantes responderam a uma pergunta relativa ao vídeo. Aqueles que acertaram a questão, dentro do prazo estipulado, ganham 100 pontos.

Às terças e quintas, os estudantes conheceram enigmas apresentados na forma de pequenos textos sobre escolas de pensamento econômico, frases de economistas famosos ou conceitos econômicos. Aqueles que acertaram receberam 50 pontos. Na sexta-feira os participantes se deparavam com uma missão, atividades desafiadoras sobre determinado tema. Aqueles que cumpriram a missão no prazo receberam 200 pontos.



Na última missão, lançada na sexta-feira da terceira semana de competição, os participantes foram desafiados a gravar vídeos falando sobre um determinado tema. Esses vídeos foram postados no Facebook e Instagram e todos os competidores que alcançarem 100 curtidas e 10 comentários de pessoas diferentes em seus vídeos em cada rede social foram classificados para a Grande Final.

Uma Comissão Avaliadora atribuiu uma pontuação aos vídeos dos participantes, elegendo seus preferidos de acordo com os critérios clareza da exposição, coerência de ideias, precisão do conteúdo, relevância do tema, criatividade e originalidade do material. Em 2020, o grupo foi formado pelos economistas Fernanda Della Rosa, Kamilla Ingrid Loureiro e Silva, Lauro Chaves Neto e Noel Leite da Silva, e pelo jornalista Manoel Castanho.

Ao final da avaliação da Comissão, os pontos atribuídos aos vídeos foram somados aos conquistados pelos competidores ao longo de todos os desafios, vencendo quem obteve a maior soma.

Aprender sobre Economia

Os conceitos foram apresentados de forma divertida e descomplicada. Os participantes conheceram um pouco mais sobre conceitos econômicos, como PIB e inflação, e sobre questões atuais relacionadas à Ciência Econômica, como a crise causada pela pandemia do novo coronavírus, economia ambiental e até mesmo sobre o centenário de nascimento de Celso Furtado, comemorado em 2020.

A vencedora Lidia Nataly contou que gostou bastante dos temas tratados nas questões, assim como da proposta de apresentação de conteúdo. "O Desafio apresentou várias temáticas importantes dentro da Economia e os participantes, de acordo com o interesse, podem se aprofundar depois. É como se fosse uma base para criarmos uma estrutura maior", relatou a vencedora da competição.

Celso Furtado, a esperança militante



Lauro Chaves Neto

Professor da UECE, Conselheiro Federal de Economia, Assessor Econômico da FIEC e PHD em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona.

Celso Furtado é um dos maiores expoentes brasileiro na história e toda homenagem que possa ser feita ao seu centenário em 2020 ainda será pouco diante da grandeza e da atualidade das suas contribuições para a compreensão da nossa formação econômica e da natureza do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

As ideias de Celso Furtado o tornam imortal, tal qual a sua presença na Academia Brasileira! A *Esperança Militante* é uma obra densa, já no primeiro volume da Trilogia de Celso Furtado, com o trabalho incansável dos seus organizadores Cidoval, Ivo e José Luciano. O volume é o primeiro de três publicados pela EdUEPB, abordando Projeto Editorial 100 Anos de Celso Furtado. Dividida em quatro blocos, a obra abrange a sua identidade, as suas contribuições, as questões do desenvolvimento e subdesenvolvimento, finalizando com a temática do livro do desenvolvimento regional.

A jornalista Rosa Freire d'Aguilar, viúva de Celso Furtado, inicia o livro elaborando um perfil intelectual do economista paraibano, filho de um maçom e professor de português, além de advogado, que o propiciou uma formação plural que incluiu literatura, história, filosofia e ciências sociais.

Os seus textos iniciais tratavam da questão da organização e da administração pública, uma vez que havia sido aprovado, inicialmente, em concurso para assistente de organização do Departamento de Administração do Serviço Público. Em seguida, fez outro concurso no Estado do Rio de Janeiro. Rosa Freire relata que até 1948, quando terminou o doutorado na França, ele abordou, nos seus textos, os temas de teoria da administração, Estado e democracia, organização e programação em empresas privadas e estatais, além da necessidade de criação e implementação do planejamento.

Rosa faz um resgate histórico, descrevendo

que apenas seis meses depois de retornar de Paris, aos 28 anos, Celso se mudou para Santiago do Chile, indo trabalhar na recém-instalada Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL. Aí se desenrolou o primeiro período de suas atividades como economista. Foram quase dez anos, entre 1949 e 1957, que lhe permitiram ter contato direto com os desafios dos países latino-americanos e mergulhar na problemática do subdesenvolvimento sobre a qual faria suas primeiras teorizações. Essa geração dos fundadores da CEPAL — a dos anos 1950 —, de que Celso foi um protagonista maior, soube transformar essa simples agência das Nações Unidas na primeira e, sem dúvida, das mais profícuas e influentes escolas de pensamento econômico da América Latina, e mesmo do Terceiro Mundo.

Esteve à frente da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL, no Chile, e, depois, criou o Ministério do Planejamento do Brasil, tendo sido o seu primeiro titular. Ele abordou a crítica do subdesenvolvimento e a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) na esperança da transformação das estruturas atrasadas da região. A seguir são ressaltadas algumas das principais ideias expostas no livro.

O sociólogo José Luciano Albino Barbosa aborda questões como a luta contra as oligarquias nordestinas e a crítica do subdesenvolvimento. Para ele, Furtado parte da premissa de que as oligarquias, os coronéis, a desigualdade regional, a exclusão e a exploração do mais pobre representam a causa do subdesenvolvimento. Já Bresser-Pereira resalta que não conhece nenhum intelectual que tenha sido tão importante como Furtado para a compreensão do Brasil. Tendo contextualizado o Brasil no mundo e investigado a sua sociedade e a sua política, elaborando soluções para as grandes questões.

Segundo o ex-ministro do Planejamento e da Fazenda Guido Mantega, Furtado aprendeu não só com os seus estudos, mas sobretudo com a sua prática, pois participou dos governos de Juscelino

Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, vivenciou a formação da CEPAL e fundou a Sudene. Foi um dos primeiros pensadores brasileiros a desenvolver um modelo de análise baseado na heterodoxia estruturalista, sendo um dos pioneiros do intervencionismo keynesiano no Brasil. Toda essa vivência se somou à sua formação multidisciplinar para nortear as suas contribuições ao surgimento e à consolidação do pensamento econômico no Brasil.

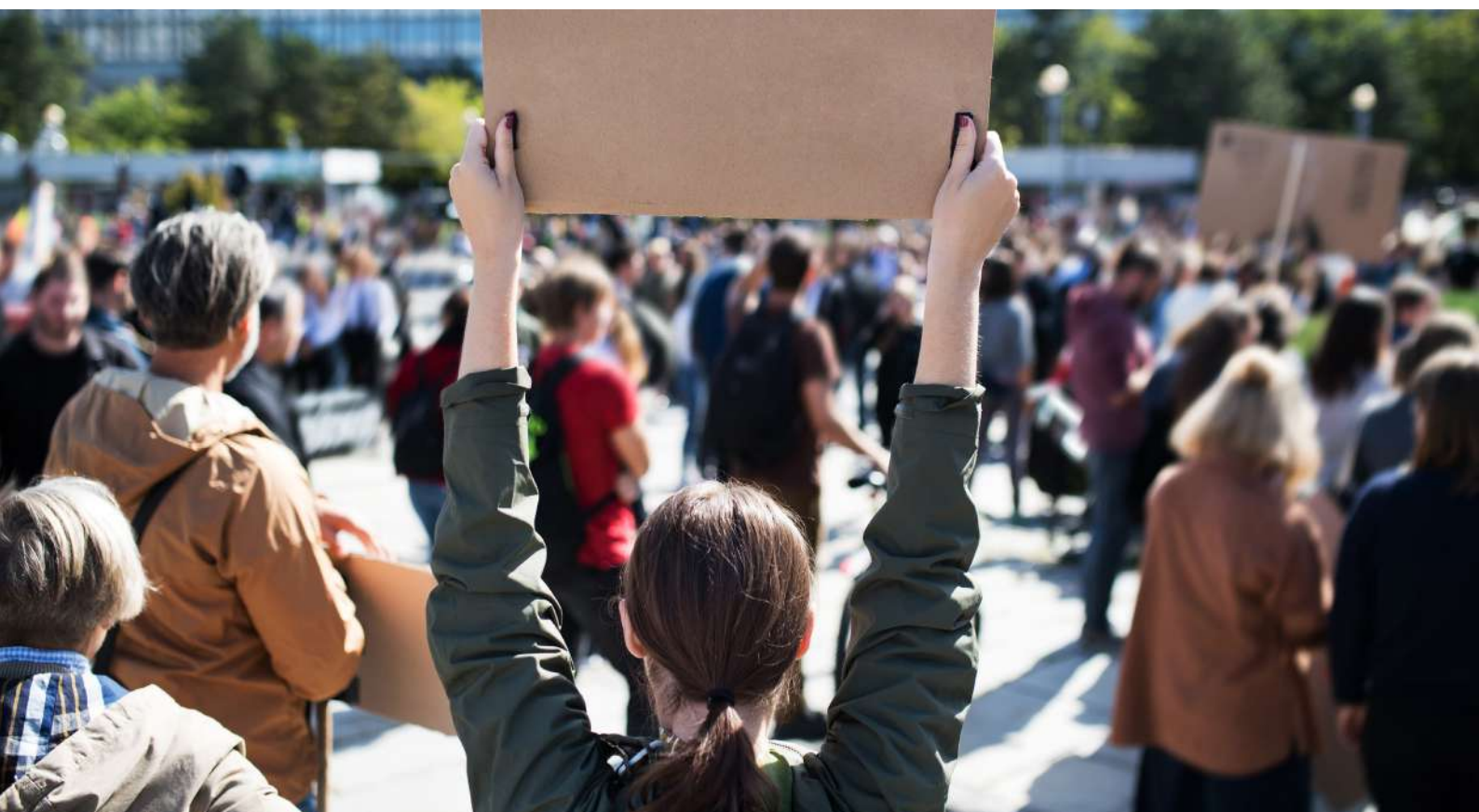
O sociólogo Francisco de Oliveira, em sua participação no livro, resalta que todo o pensamento em torno da questão nacional e regional de países “atrasados” mudou a partir dos trabalhos da CEPAL ao apontar o subdesenvolvimento como uma formação singular do capitalismo e não como um elo na cadeia do sequenciamento que vai do não desenvolvido ao desenvolvido, explicando as características próprias do subdesenvolvimento periférico na América Latina. Entre as contribuições internacionais ao livro, conta a do português José Luís Cardoso, ressaltando a importância da diversidade da visão de mundo em Furtado quando ele foca além das ciências sociais, mostrando que a ciência econômica não pode ficar alheia, nem ignorar, as contribuições de outros domínios científicos que alargam e enriquecem a compreensão da realidade econômica e social.

Bernardo Ricupero, em sua participação no livro, aponta a singularidade da formação de Furtado onde o autodidatismo o faz escapar da rigidez acadêmica, combinando, de forma rica, algumas das maiores influências do pensamento brasileiro:

“ Não conheço nenhum intelectual que tenha sido tão importante como Furtado para a compreensão do Brasil. ”

o positivismo, o marxismo e a antropologia norte-americana. Fazendo um bom uso de cada uma dessas tradições intelectuais, como a crença no conhecimento científico, do positivismo; a consciência da historicidade dos fenômenos econômicos e sociais, do marxismo; a atenção, desde a leitura de Gilberto Freyre, à cultura, da antropologia. Esse ecletismo “bem temperado” abre caminho para uma das mais sofisticadas formulações teóricas elaboradas a partir da América Latina. Para Wilson Cano, Furtado se destaca ao situar historicamente suas análises de países latino-americanos — ampliando as concepções iniciais das relações centro-periferia, da deterioração dos termos de intercâmbio, da distribuição da renda e dos desequilíbrios estruturais, construindo uma autêntica teoria do subdesenvolvimento, mostrando que este não podia ser entendido como uma “etapa” no processo de desenvolvimento, mas sim como resultado do processo histórico e da forma específica de como se deu nossa inserção no capitalismo.

A questão regional na obra de Furtado é levantada por Clélio Campolina explicando que a origem nordestina, a trajetória intelectual e pessoal de Celso Furtado e o momento histórico do pós-Segunda Guerra se conscientizaram para o problema do subdesenvolvimento e, por consequência, das desigualdades dos ritmos de desenvolvimento entre os territórios, seja entre nações, seja entre espaços sub-regionais dentro de cada país. Inicialmente, seu esforço se concentrou na busca do entendimento do Brasil, através da análise da sua formação histórica e dos condicionantes estruturais que essa herança havia deixado. Posteriormente, Furtado aprofundou seus estudos sobre o subdesenvolvimento, durante o período em que trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre 1949 e 1957, durante o qual manteve profícua convivência profissional com Raul Prebisch. Na qualidade de chefe da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL, ele realizou vários trabalhos sobre países específicos e aprofundou sua interpretação sobre a problemática



do subdesenvolvimento latino-americano. Tânia Bacelar e Valdecir dos Santos destacam obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, escrita no final dos anos 1950. Onde uma das inúmeras contribuições é a identificação das raízes da diversa e desigual organização do território brasileiro. Tendo o caso do Nordeste ganhado destaque nessa trajetória, posto que a região abrigou o ciclo virtuoso inicial da história da ocupação econômica do país pelos portugueses no século XVI, tendo acolhido a primeira capital da colônia – Salvador. Depois, o Nordeste mergulhou em longo período de estagnação e não acompanhou

as mudanças rápidas no país entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Furtado observou tal tendência e buscou explicar suas causas mais profundas utilizando o arsenal teórico do estruturalismo cepalino, que ajudou a construir.

É possível perceber, por essa seleção de insights, a riqueza da Trilogia sobre Celso Furtado, apenas no seu primeiro volume, aguçando a curiosidade sobre a leitura também dos volumes 2 e 3 na busca por conhecimentos atuais na necessária análise crítica da sociedade brasileira e os caminhos alternativos para o desenvolvimento.

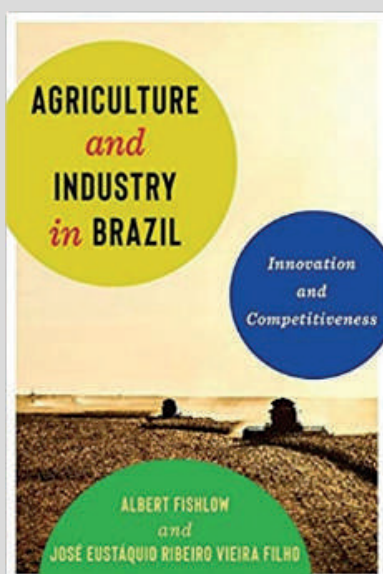


Ficha técnica:

Celso Furtado a esperança militante (Interpretações) - Vol 1
Cidoval Moraes de Sousa, Ivo Marcos Theis e José Luciano Albino Barbosa (Organizadores)
Editora: A União - EDUEPB
Páginas 372

NOVOS LIVROS

Agriculture and industry in Brazil



Os economistas Albert Fishlow e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho lançaram o livro "Agriculture and industry in Brazil: innovation and competitiveness", focado na importância da inovação no campo para o crescimento da produtividade. Os autores contrastam a relação entre o envolvimento do

Estado e do setor privado em partes-chave da economia brasileira e comparam a expansão agrícola com o crescimento nos setores de petróleo e avaliação. O livro foi lançado pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e está entre as poucas obras em inglês que contam a história da agricultura brasileira em relação ao processo de inovação tecnológica.

O livro está à venda nos sites Columbia Press e

Ficha técnica:

Autores: Albert Fishlow e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

ISBN-10 : 0231191707

ISBN-13 : 978-0231191708

Editora: Columbia University Press (4 agosto 2020)

Idioma: Inglês

264 páginas

Celso Furtado: os combates de um economista

A Associação Brasileira de Economistas pela Democracia lançou a obra para descortinar a atualidade do pensamento de Celso Furtado em seu centenário, ancorado na perspectiva de um Brasil mais justo, humano, democrático, equitativo e soberano. O livro tem apoio do Cofecon e o presidente da autarquia, Antonio Corrêa de Lacerda, é um dos autores. Em parceria com Júlio Manuel Pires, analisou a trajetória do desenvolvimento brasileiro e o pensamento de Celso Furtado. O livro é apresentado em quatro partes, com artigos de Manuel Pires, Tânia Bacelar, Rosa Freire d'Águilar, Saturnino Braga, Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo, entre outros.



Ficha técnica:

Organizadores: Adroaldo Quintela, Antonio Carlos F. Galvão, César Bolaño, Inês Patrício, Marcelo Manzano, Mariano de Matos Macedo, Nelson Le Cocq
ISBN: 978-65-5626-005-1
Editora: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular
Idioma: Português
352 Páginas

Devagar é que não se vai longe

A experiência do autor como professor universitário, dirigente de investidores institucionais como a FUNCEF e diretor de um banco de desenvolvimento proporcionaram-lhe uma oportunidade única de discorrer sobre o tema. Lacerda compartilha sua experiência profissional e apresenta de que forma mecanismos como parcerias público-privadas (PPPs) e concessões foram discutidas no Brasil e explorados como opções para impulsionar investimentos no período entre o segundo mandato da presidência de Lula e o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff.



Ficha técnica:

Autor: Guilherme N. de Lacerda
ISBN: 978-65-990166-4-6
Editora: Letra Capital Editora
Idioma: Português
234 Páginas

A real história do Plano Real

Nesta obra, relançada em formato de e-book, Maria Clara R. M. do Prado relata minúcias do processo de criação do Real e das discussões entre os economistas que o conceberam. Traz a reprodução de alguns escritos de autoria dos formuladores sobre os aspectos mais sensíveis do plano que circularam em meio à equipe econômica, à medida que evoluíam as discussões para a implementação do Plano Real. Revela, ainda, os desdobramentos e implicações na esfera financeira internacional, no âmbito da economia interna, no campo das pressões políticas e das iniciativas de comunicação que ajudaram a rápida aceitação da nova moeda pela população.



Ficha técnica:

Tamanho do arquivo: 3212 KB
Dicas de vocabulário: Não habilitado
Número de páginas: 620 páginas
Leitura de texto: Não habilitado
Editora: e-galáxia (27 julho 2020)
Configuração de fonte: Habilitado
Idioma: Português
ASIN: B08C6SD8T8

O capitalismo se desloca

Ladislau Dowbor investiga o que está por trás da financeirização da economia e revela uma metamorfose mais ampla, capaz de levar a um novo modo de produção. Assim como o feudalismo baseava-se na terra e o capitalismo, na fábrica, o novo sistema terá como base o conhecimento. Nesta obra, o autor demonstra que o novo sistema econômico – por ele provisoriamente chamado de “informacional” – poderá tanto suscitar um mundo muito mais democrático, igualitário e capaz de rever as relações entre humanidade e natureza quanto seu oposto.



Ficha técnica:

Autor: Ladislau Dowbor
ISBN: 978-65-86111-07-1
Editora: Edições Sesc São Paulo
Idioma: Português
196 Páginas

A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Ja parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que as instituições integrantes do **Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social** promovem sua Campanha, tendo como uma das principais premissas a mudança do modelo tributário brasileiro. Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. Participe!

DESIGUALDADE: ISSO É DA SUA CONTA.



www.reducaodesigualdade.org.br

The background of the image is a dark blue overlay. In the upper half, there is a faint, semi-transparent portrait of Celso Furtado, an elderly man with white hair, looking directly at the camera. In the lower half, there is a faint, semi-transparent illustration of a desert landscape with several saguaro cacti and some small shrubs.

*“Desenvolvimento é ser
dono do próprio destino”*

– Celso Furtado

Ano Celso Furtado